



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 10/11/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Na qualidade de Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 28ª audiência pública desta Comissão do ano de 2021, PLO 07/2021, do Executivo – Ricardo Nunes. Estabelece regras do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Paulo de Acordo com a Emenda à Constituição Federal nº 103, de 12 de novembro de 2019. Sampaprev 2.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online), também pelo Youtube e pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo. Esta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 04/11/2021 e foi publicado nos jornais: *Agora*, em 05/11/2021 e *Folha de S.Paulo*, no dia 08/11/2021.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde o dia 03/11/2021, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual) e, neste momento, presencialmente, junto à secretaria desta Comissão.

Informo, também, que todas audiências públicas realizadas por esta Comissão podem ser acompanhadas pelos canais digitais ou presencialmente nos locais previamente agendados e divulgados onde o acesso do público em geral à Câmara Municipal de São Paulo será permitido mediante uso obrigatório de máscaras e aferição obrigatória da temperatura e segundo o cronograma vacinal municipal, apresentação de comprovante de vacinação ou relatório médico que justifique óbice à imunização, conforme artigo 2º do Ato nº. 1.504, de 02 de março de 2021, alterado pelo Ato nº. 1.523, de 20 de outubro de 2021.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda, que será representado pela também convidada Sra. Márcia Regina Ungarete, Superintendente do Ipem/SP; os funcionários do TCM, responsáveis pelo relatório técnico apresentado pelo grupo de trabalho, instituído pela Portaria 524/21, Projeto de Emenda à Lei Orgânica 07/2021, representado pelos Agentes de Fiscalização, Sra. Andreza Faucon Colombini Faganelli e Rafael Alexandre Cavalcanti da Silva, justificando que nenhum

poderá estar presente nesta Audiência Pública; os Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e a população em geral.

Tenho do meu lado a querida Presidente que é sub-relatora para o tema da cultura da Lei Orçamentária Anual, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico; querido Vereador Professor Toninho Vespoli, que fez uma grande Audiência Pública na segunda-feira.

Quero registrar que seria muito doloroso para mim e para esta companheira que somos da Comissão de Finanças um tema de tamanha relevância e tamanho impacto financeiro não passar por esta Comissão, como não passou nem pela Administração Pública, não é, Vereador Toninho? Enfim, o trator caminha a longos passos. O diesel está caro, mas nesse trator não falta óleo diesel. E a enxurrada de projetos tem prejudicado nossas audiências públicas.

Muito bem, saberei que vocês estão representando as categorias, seus segmentos, trabalhadores.

Aguardando a lista de inscritos, mas nós temos uma exposição da CTEO, de alguns minutos. (Pausa).

Eu pedi que fossem inscritos, não sei se deu para organizar de forma que os sindicatos fossem falando primeiramente. Acho que há consenso nesse sentido. É isso? Sindicato por sindicato, depois, o público, os demais companheiros e companheiras aqui presentes. Pode ser assim? Temos até às 15 horas. Eu sempre peço um pouco de licença para algumas observações que ocorrem, mas temos a companheira ou o companheiro que não me ajuda.

– Manifestação fora do microfone.

**O SR. RODRIGO MANTOVANI POLICANO** – Boa tarde, Presidente. Boa tarde a todos que nos acompanham. Vou apresentar brevemente os resultados de um estudo elaborado pela Consultoria Técnica da Casa, a CTEO.

– O orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

**O SR. RODRIGO MANTOVANI POLICANO** – O objetivo desse estudo é dimensionar o quanto que esse *deficit* atuarial estimado representa no orçamento do Município. A mais

recente reavaliação atuarial estima um *deficit* atuarial de R\$ 171 bilhões para os próximos 75 anos. Mas, a pergunta que a gente tentou responder nesse estudo é quanto isso significa para o Município. Parece um valor alto, mas em 75 anos de orçamento o quanto isso compromete o Município.

Esse gráfico mostra os dados do próprio estudo da FIA, estudo atuarial que tem dois cenários: a linha mais escura é o cenário atual sem modificações na legislação previdenciária; e a linha clara é o cenário adotando as alterações propostas pelo PLO 7. A gente vê que pela escura, o cenário atual, o *deficit* cresce até 2040 atingindo um nível de R\$ 9 bilhões. Atualmente o *deficit* anual é de R\$ 6 bilhões. Então, cresce até R\$ 9 bilhões, e a partir de 2040 ele começa gradativamente a cair e passa a oscilar a um nível de R\$ 7 bilhões ao ano. Esse é o cenário sem alteração.

No cenário com alteração proposta pelo PLO o *deficit* já cai bem rápido, para R\$ 3 bilhões. Mas, por que cai tão rápido? Cai tão rápido porque você está aportando recursos do Imposto de Renda para o sistema previdenciário. E esses recursos, hoje, o Imposto de Renda representa R\$ 3 bilhões por ano. Então, basicamente esses R\$ 3 bilhões que estão contando para reduzir o *deficit* logo no começo. Há alguns picos ali de *superavit*, que são aportes previsto de imóveis para o Funprev. Passado o período de aporte do Imposto de Renda, que é ali, 2050, o *deficit* sobe e passa a oscilar no nível de R\$ 4 bilhões.

Esses são os resultados do estudo atuarial da FIA. A partir desses resultados a gente procurou encontrar um parâmetro que pudesse indicar, dar uma dimensão da grandeza desses valores, em termos do orçamento do Município. O parâmetro que a gente escolheu para isso foi a Receita Corrente Líquida. A gente entendeu ser um bom parâmetro, porque ela representa basicamente as receitas de impostos do Município e as transferências correntes que o Município recebe de ICMS, IPVA. Então, é uma receita líquida e certa e constante todo ano.

Próximo *slide*, por favor. Então, a relação entre o *deficit* previdenciário e a Receita Corrente Líquida representa o quanto das receitas correntes do Município são destinadas anualmente para o sistema previdenciário, para cobrir o *deficit* da Previdência. Então, a gente vê

que até 2018 vemos um progressivo crescimento, que chega a 11,3%, em 2018. Com a Reforma de 2018, que alterou as alíquotas de contribuição dos servidores e patronal, o *deficit* caiu para 10% em 2019, continuou em 2020 ao redor de 10%. E em 2021 provavelmente vai ser 10% também, é o que tudo indica.

A partir de uma metodologia que a gente explica mais detalhadamente no estudo a gente estima uma Receita Corrente Líquida para os próximos 75 anos no Município em vários cenários. O cenário que eu vou mostrar aqui é até um cenário conservador, que assume a hipótese do crescimento do PIB de 1% só. É bastante conservador.

O próximo *slide*, por favor. Ai está a relação *deficit* da Previdência com as Receitas Correntes Líquidas. Esse *deficit*, no cenário atual, sem mudança na legislação, sobe, não chega ao nível de 13% das Receitas Correntes Líquidas, e depois, a partir de 2040, começa progressivamente reduzir e converge para um valor próximo a 6%. No cenário com as mudanças propostas pelo PLO, o nível já começa mais baixo por conta do aporte de imóveis e do Imposto de Renda. Ao fim do período de monetização do Imposto de Renda, o *deficit* sobe e passa a convergir em algo em torno de 3,5%. Então, no longo prazo, a gente vê essa diferença quanto da Reforma, de um *deficit* de 6% da Receita Corrente Líquida, para um *deficit* de 3,5% da mesma Receita Corrente Líquida.

Os resultados principais são esses, Presidente.

Fico à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Muito bem, obrigado. Janaína Lima, presente, de forma *on-line*. (Pausa). Esperem. Já vamos começar do início. Ao final de cada fala, vocês fiquem bem à vontade, mas durante as falas... Bom, aqui não teremos problema. (Risos).

Muito bem. Marcia de Oliveira, da Associação dos Administradores, é a primeira inscrita. São cinco minutos, você cronometra para mim, para não dizer que...

Toninho, depois de cinco ou seis falas, pode ser? Nós abrimos a palavra a V.Exas., os Vereadores? (Pausa).

**A SRA. MARCIA DE OLIVEIRA** – Boa tarde a todos, a todas. Mais uma vez, estamos

aqui sempre na presença de quem nos defendem porque quem não defende não comparece. Começamos com essa ausência dos Vereadores da Casa para discutir.

Quando falamos em diálogo, meu nome é Marcia de Oliveira, sou presidente da Associação dos Administradores do Município de São Paulo, e a minha vocação é administrar, é fazer gestão, mas gestão de alguém que estudou.

Quero deixar claro, concursada, 35 anos de Prefeitura, alguém que estudou, alguém que ficou lá, prestou concurso e que contribui desde o dia em que entrou, quando prestou concurso. (Palmas).

Eu contribuo para o Iprem com o que a lei manda. Então, contribuo para minha Previdência desde o dia em que entrei nesta Casa.

Falando nisso, eu fico muito triste ao ver que esta Casa, mais uma vez, porque estamos aqui falando de questões que envolvem a nossa vida, envolvem a nós, servidores, e com a ausência de quem deveria estar aqui, que vai votar hoje o meu futuro, que eu comecei há 35 anos, e também o futuro de todos que estão presentes, dos que estão lá fora e os que vão chegar porque hoje nós vamos encher aqui dentro.

Eu fico assustada e, ao mesmo tempo, fico feliz quando vejo colegas desta Casa que apresentaram esse estudo, e nós não estamos falando de *deficit*, estamos vendo a Receita Corrente Líquida, que é aquilo que nós arrecadamos e qual é o percentual? É de 10% por cento que, para o município de São Paulo, não é nada, e a gente vendo que podemos estudar sobre isso. Não estou desprezando absolutamente nada do que é colocado pelo Executivo, eu desprezo a forma como eles fazem.

A semana passada foi feito o PL 652 às pressas, e agora está vindo a correção. Sabem por quê? Porque não dá tempo de estudar, de preparar um documento sério, em ordem. E o que isso significa? Retrabalho, dinheiro público pelo ralo porque toda vez que tem votação nesta Casa e tem que mandar Emenda para consertar aqui porque está errado, significa dinheiro público pelo ralo, e é disso que estamos falando, e vai acontecer de novo.

Em 2018 contratamos uma empresa, trouxeram, fizeram, aconteceram. Está aí, nós

vimos agora, diminuiu o *deficit* com a nossa contribuição de 14%, inclusive antecipada ao que aconteceu no nível federal, nós começamos a pagar antes. Não deu tempo para fazer um estudo de acordo e no tempo necessário para poder fazer a avaliação dos impactos que ocorreram com o aumento da alíquota para 14%, e agora vem de novo, e recontrataram uma nova empresa. E ninguém está me falando o que aconteceu com aquele estudo, por que é que não deu certo. Responsabilidade, porque se fosse eu ou um de vocês que tivesse assinado qualquer coisa em relação àquilo, a gente estaria respondendo ao Tribunal de Contas, sim. Porque é assim que acontece: quando o dinheiro é mal-usado, nós servidores respondemos a qualquer momento. Posso estar até aposentada, mas eles vão lá me chamar.

Essa é a importância de ter um Tribunal de Contas autônomo, porque quando vem aqui um estudo do Tribunal de Contas, como veio para esta Casa, não dá para ser desconsiderado, porque ele veio pela equipe técnica, aqueles que prestaram concurso e estudaram para fazer isso, e por isso o Tribunal mandou. E está sendo desconsiderado, falando que é *fake news*. Não é *fake news*.

Aquilo lá foi estudado num tempo recorde, mas foi estudado sim, e foi colocado aqui e eles estão desconsiderando isso. Eles estão desconsiderando tudo aquilo que a gente tentou fazer. Eu até falei para a Vereadora Janaína, que está aí, que diálogo é necessário, ter conversa, escuta.

Nós trouxemos, a minha entidade, da qual eu faço parte, uma federação... nós trouxemos, com outras entidades, um documento assinado, um estudo. Esse estudo não deu tempo de ser considerado. Nós demoramos 22 dias para fazer e eles conseguiram estudar de sexta-feira e ontem, que foi entregue, todos os Vereadores já conseguiram estudar aquilo? Gente, é um estudo, é um parecer que foi pensado, elaborado, assinado por um ex-ministro, Ministro Vidigal, foi assinado. Eu duvido que tenham conseguido estudar, tenham conseguido ler e ver a profundidade desse estudo.

Mais uma vez nós vamos ser punidos pela falta de compromisso público que esta Casa está tendo com os servidores, pela falta de compromisso público que está tendo com o

municípe. Nós atendemos o municípe, nós somos o porta-voz, então infelizmente eu peço que esta Casa escute e retire o PLO. Ainda há tempo de fazer uma correção séria e brada por todos nós. (Palmas)

– Manifestações na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Daniel dos Santos, Sindilex. (Pausa).

**O SR. DANIEL DOS SANTOS** – Bom dia, amigos. Eu sou Daniel Santos, sou Vice-Presidente do Sindilex, Sindicato que congrega os servidores da Câmara Municipal e do Tribunal de Contas do Município. Eu também sou auditor do Tribunal de Contas do Município.

O que eu queria falar aqui é mais em defesa do trabalho dos colegas que produziram o relatório e em defesa dos colegas, destacando que o relatório que os colegas produziram foi acusado de ser *fake news*. Isso não é verdade, as pessoas que falaram isso estão equivocadas. O relatório existiu de fato e eu até gostaria de destacar o processo, como ocorreu a produção desse relatório, para vocês terem visão de todas as questões.

Inicialmente, a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa fez um pedido ao Tribunal de Contas, que realizasse um estudo a respeito do PLO 07/2021. O Tribunal recebeu esse pedido, o Presidente do TCM nomeou uma comissão de técnicos para estudar o assunto. O nome das pessoas dessa comissão foi publicado no *Diário Oficial do Município*. E o Presidente determinou que essa comissão teria dez dias para realizar o trabalho.

Tendo nomeado a comissão, as pessoas foram lá, trabalharam, produziram, gastaram sua energia para produzir esse trabalho e produziram o relatório final. Esse relatório final foi encaminhado à CCJ da Câmara, protocolada pelo Presidente do Tribunal de Contas do Município. Daí para frente a gente não tem mais ação, porque o auditor produziu o trabalho, não tem mais o que manifestar.

Então, destacando, o trabalho existe de fato, foi produzido por técnicos do TCM, conheço todos. Esse relatório, como todos os trabalhos do TCM, expressa uma opinião técnica, elaborada por técnicos, usando critérios explicitamente técnicos. Então é essa a defesa que eu faço desses colegas. E posso garantir, conheço pessoalmente todas as pessoas que assinaram



o relatório, conheço a integridade, a seriedade e a imparcialidade de todos. Ponho a mão no fogo por eles. Garanto que o relatório foi a melhor coisa que se poderia produzir no curto espaço de tempo que foi definido.

Além disso, hoje de manhã, houve um debate entre os conselheiros do Tribunal de Contas a esse respeito. Foi decidido que o próprio Tribunal vai encaminhar um novo ofício para a Câmara Municipal, esclarecendo o tema e destacando tudo.

O trabalho existe, não é verdade que é *fake news*. Os técnicos produziram um relatório, foi um trabalho com critérios técnicos. Não há o que se discutir.

Agora, se você não concorda com os argumentos técnicos isso é muito rotineiro. Aí é outra história.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Daniel, conclua, por favor.

**O SR. DANIEL DOS SANTOS** – Então é isso, o relatório existe, não é *fake news*.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

Presenças conosco, de maneira *on-line*, Vereador Alfredinho e Vereadora Luana Alves.

Tem a palavra a Sra. Junéia Batista, da Fetam – Federação dos Municípios de São Paulo. Em seguida, o Sr. Sérgio Antiqueira, do Sindsep.

**A SRA. JUNÉIA BATISTA** – Bom dia companheiros, companheiras, Mesa. Quero cumprimentar todas as mulheres, na pessoa da companheira do Quilombo Periférico.

Sou Junéia Batista, assistente social do Município de São Paulo, há 33 anos, dirigente do Sindsep e da Federação dos Municipais do Estado de São Paulo, também sou secretária de mulheres, da CUT Nacional.

Foi com muita tristeza que eu fui obrigada a assistir, quando estava no Plenário, lá em cima nas galerias, os Vereadores Fernando Holiday e Rubinho Nunes me chamarem de vagabunda. Foi muito pesado aquilo.

E quando eu vejo um estudo como esse, um cálculo atuarial que eu desconheço. Eu

gostaria que nós fizéssemos o nosso cálculo atuarial e apresentássemos também numa audiência pública como esta.

Quando a gente pensa que existe um *deficit* da Prefeitura que não foi criado por nós, mas sim pelas constantes privatizações, terceirizações e entrega dos serviços da cidade de São Paulo para a iniciativa privada, todo mundo sabe o que vai acontecer. Se o caixa não cresce, obviamente, eu que contribuo hoje para quem já está aposentado, quando chegar a minha vez não vai ter quem contribua.

Dizer que o Prefeito Ricardo Nunes, na rádio Eldorado, quinta-feira última, disse que nós não contribuimos para o sistema de Previdência. Quando eu entrei na Prefeitura, em 13/06/88, eu pagava 3% para o Iprem, 2% para o HSPM, até 2005, quando houve a primeira Reforma da Previdência que aumentou a contribuição.

Depois, de novo, em 2018, quando aumentou novamente. Agora, de novo... quer dizer, sempre a culpa é de quem trabalha, de quem produz saúde, educação, assistência, quem garante a dignidade para as pessoas. Principalmente durante a pandemia foram os trabalhadores e trabalhadoras do serviço funerário.

Lembrar que a Usina de Asfalto existe para garantir que a gente possa ter uma Cidade com mais mobilidade. Somos nós que fazemos isso. Somos nós que trabalhamos, fomos nós que construímos esta Cidade.

É um absurdo. Estamos só esperando passar toda essa história, porque a gente espera que esse PL não seja aprovado do jeito que está. Como a Márcia disse, a gente...

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

**A SRA. JUNÉIA BATISTA** – Já estou finalizando. A gente quer sim discutir, mas a gente quer ser chamada para negociar, porque nós somos as pessoas que serão diretamente atingidas. Não só nós, mas a cidade de São Paulo.

Então, Prefeito Ricardo Nunes, retire já esse Sampaprev 2, que não me representa.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Junéia.

A Vereadora Silvia da Bancada Feminista, de maneira *on-line*, está presente nesta audiência pública. Sr. Sérgio Antiqueira, do Sindsep?

**O SR. SÉRGIO ANTIQUEIRA** – Obrigado, Vereadores Jair Tatto, Professor Toninho Vespoli, Elaine do Quilombo Periférico. Saúdo todos e todas que estão presentes.

Infelizmente, não estamos aqui, hoje, para fazer um debate democrático, que é o que esta Casa deveria fazer e é o que a população mereceria. Estamos aqui para desmascarar essa farsa construída pelo Prefeito Ricardo Nunes e pela Base de Governo nesta Casa, nesta Câmara. Estamos aqui para desmascarar o que significa esse Projeto de Lei 07. Ele foi feito para bater carteira de aposentado. É isso o que ele está fazendo. É para entregar o nosso fundo de pensão, o nosso fundo de Previdência, para instituições financeiras e para abrir a porteira para que tenhamos novos descontos mais para frente, para todo mundo, para os ativos e aposentados. É disso que esse projeto trata.

Esta Casa tem feito vários favores para o Prefeito e para o Governo. Aprovou aumento de 46% para ele e para os Secretários. Aprovou mais de 30% para cargos políticos. Aprovou aumento de IPTU para a população mais pobre e redução de IPTU para a população mais rica. Agora, quer tirar salário de aposentado.

A FIPE, ontem, soltou estudo dizendo que o IPC é muito mais pesado e a inflação é muito maior para quem ganha menos salário. Quem ganha até três salários mínimos teve 10,63% de perda no último ano.

Eu vou pegar o caso de uma servidora aposentada da Saúde. Está no holerite o valor de R\$ 2,5 mil. Ela recebe R\$ 1,6 mil. Quase R\$ 1,0 mil são para pagar banco, porque ela precisa pagar empréstimo. A conta dela não dá para fechar, porque ela recebe 0,01% de reajuste, todo ano. Agora, os Vereadores do Governo querem tirar mais R\$ 200 do salário dela. É isso o que esse projeto está fazendo. O Prefeito Ricardo Nunes não está dizendo para a população que esses R\$ 200 equivalem a um salário dela por ano. É o décimo terceiro dessa servidora aposentada.

Para executar esse roubo, eles estão se baseando em um estudo da FIA que tem

mais buraco que queijo suíço. O relatório do TCM demonstrou isso. Os técnicos garantem, lá, que foi mal escrito. O projeto de lei tem um monte de inconstitucionalidades e também se baseia em um relatório em que faltam muitos dados para se fazer um verdadeiro estudo atuarial por 75 anos. Não serve para fazer isso. É uma farsa esse relatório.

Nesse relatório, eles aparecem com um número mágico, para colar na nossa testa, de R\$ 171 bilhões de *deficit* por 75 anos, que é culpa do servidor público. Precisamos lembrar que eles não dizem que esses R\$ 171 bilhões, baseados nesse estudo cheio de buracos, são, também, além de tudo, para entregar o dinheiro nosso para bancos e financeiras. Ele não conta isso.

O estudo se baseia, também, no fato de haver 120 mil servidores na ativa ao longo do tempo, contribuindo. É outra mentira, porque sabemos que, como a Junéia disse, não há concurso público. Eles terceirizam. Colocam OS em tudo. Esse é o objetivo o tempo todo. Como vai haver nova contribuição? Como é que não vai fazer *deficit*? Então, é mais uma mentira. Eles não vão mantendo os servidores públicos contribuindo ao longo do tempo. Eles vão aumentar esse *deficit*. O *deficit* é programado.

Para rebater o relatório do TCM, os Líderes da Base do Governo o estão chamando de *fake news*, com base na opinião do Tuminha. O Tuminha está em um cargo político. Ele era Vereador, aqui, e foi indicado para ser Conselheiro vitalício do TCM. Que estudo ele tem, para contrapor? Nenhum.

Agora, vamos dizer: sabem o que é *fake news*? *Fake news* é o que o Ricardo Nunes foi fazer, lá, na Rádio Eldorado. É dizer que servidor público não contribui até R\$ 6,4 mil. Isso é *fake news*. Temos de judicializar o Prefeito. Ele tem de responder na Justiça por essa mentira. A Junéia já disse, aqui: até 2005, pagávamos 5%. Passamos para 11%. Em 2018, passamos para 14%. Nós pagamos. Nós contribuimos e eles querem mais. Esses vampiros querem mais sangue nosso. Eles são insaciáveis.

Nós estamos aqui, justamente, para barrar essa farsa, essa mentira, que é esse PLO 07/2021. Sampaprev, não!

– Assume a Presidência a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigado, Sérgio.

Próxima inscrita a Sra. Joélia Rodrigues, do Sedin.

**A SRA. JOÉLIA RODRIGUES** – Bom dia a todos. Em nome do nobre Vereador Jair Tatto e das Sras. Vereadoras Elaine e Juliana, cumprimento todos os presentes.

É muito triste vir aqui falar o que todos já sabem. Hoje, farei uma crítica ao TCM. O técnico veio aqui, explicou o estudo. Mas é pouco. É muito pouco o que o TCM da cidade de São Paulo tem feito. Eles sabem de cada conta dessa Cidade, sabem do desvio que foi feito por administrações anteriores a essa. E essa, está piorando ainda mais com as terceirizações com a criação de cargos de confiança aumentando o valor do pagamento. Então, eles sabem sim. Sinto muito, mas os técnicos e o Presidente do TCM têm que se posicionar. É o dinheiro público. O TCM existe para fiscalizar e atuar junto à população em defesa do dinheiro público. Isso não tem acontecido. Não basta mandar um parecer dizendo que é inconstitucional. É muito fácil, muito simples. Eu vim aqui e falo: discordo. Não! Ele existe para fiscalizar, atuar e ajudar a todos nós a combater essa injustiça, essa inconstitucionalidade do dinheiro público. Esse Prefeito é sem noção. Um corrupto. Como pode ir a uma emissora de rádio mentir em nosso nome? Temos que atuar, agir, procurar justiça até tombar. Até não ter mais vida. Até não respirar mais. Como pode aumentar o desconto na Previdência de quem não tem salário em um momento em que essas pessoas estão aí fora, conversei com várias, de 80, 87 anos. Não tem dinheiro para comer. Não tem dinheiro para comprar remédio. Como vão pagar ainda mais, no momento que não tem mais saúde para trabalhar? Isso vai acontecer conosco no dia de amanhã. Isso é bandidagem. Corrupção. Quero dizer que os trabalhadores da Educação Infantil, o Sedin, tem se posicionado em todos os espaços dizendo: nós não negociamos direito de trabalhador. É o desmonte do serviço público à população dessa Cidade. E nós sabemos, sabemos muito bem que o dia de amanhã não teremos mais serviço público para a população. Então, não seremos só nós que perderemos; a população vai perder o atendimento público, como já perdeu em boa parte da Saúde, e não haverá mais Previdência. Haverá mais corrupção e desmando por parte dessa e

de outras administrações que assim se comportam.

Quero dizer que desconto da Previdência mais o Imposto de Renda leva praticamente 50% mensalmente dos salários dos trabalhadores. Essa conta será cobrada duas, três, quatro, cinco mil vezes até eles acabarem conosco, com o atendimento público em escola, em hospitais, em todos os espaços; e a população precisa desse atendimento.

Também lembro a todos, Sra. Elaine, que nós deixamos em todos os gabinetes uma revista que protocolamos na Reforma em Brasília. Protocolamos nos gabinetes de todos os Vereadores para denunciá-los de todas as informações sobre a questão da Previdência. Então, todos os Vereadores têm um conhecimento da nossa atuação, dos trabalhadores da Educação Infantil. Obrigada a todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Anuncio a presença dos Vereadores Eduardo Suplicy e Juliana Cardoso. Próxima inscrita, Janete Silva, do Sinesp.

**A SRA. JANETE SILVA** – Boa tarde, nobres Vereadores presentes e os que estão on-line; boa tarde a todos os presentes e a todos os que participam de forma remota, que nos assistem pelas redes sociais.

Início minha fala agradecendo a todos os Vereadores que votaram favoravelmente aos trabalhadores servidores do município de São Paulo, contrários ao Sampaprev 2, que é um projeto que não conseguimos discutir. Não há como discutir esse projeto, de tão nefasto e absurdo que ele é.

Minhas próximas falas serão no sentido de que não dá para aceitar, não dá para negociar. Antes disso, não dá para aceitar sermos chamados de vagabundos, meus queridos e nobres Vereadores, quando quem os elegeu nos chamam de heróis. Nesse período de pandemia, os servidores da Saúde estavam lá, segurando na mão dos munícipes que estavam falecendo. Eles não são vagabundos. Gestores municipais e quadro de apoio que estavam nas escolas atendendo a população não são vagabundos. E todos os outros servidores que estavam atendendo presencialmente e quem estava trabalhando remotamente não são vagabundos, são trabalhadores também. Se não me engano, os nobres Vereadores estavam trabalhando

remotamente. Acho que estão nos tomando como eles próprios se tomam.

– Manifestações no recinto.

**A SRA. JANETE SILVA** – Não dá para aceitar 14% de confisco de aposentados, que já contribuíram durante toda a sua vida; não dá para aceitar. Não dá para aceitar que os Vereadores que votaram – e espero que não votem mais – a favor do Sampaprev assinem um cheque em branco para o Poder Executivo aumentar o confisco dos nossos salários sempre que julgar necessário. Isso não dá para aceitar.

Não dá para aceitar aumento de sete anos de trabalho das mulheres e de cinco anos dos homens para que os servidores possam se aposentar. Não dá para aceitar esse projeto nefasto que desrespeita os servidores que servem à população e que, conseqüentemente, desrespeita a população. Se nós servidores públicos não somos valorizados, é porque a população, para esses Vereadores e para esse Prefeito, não tem valor. Para que serve um Prefeito e uma Casa de Vereadores que não seja para proteger a população e servir a população, tanto quanto nós, trabalhadores públicos?

Não dá para aceitar aumento de IPTU, aumento de confisco de trabalhador, aumento de passagem de ônibus, que já-já está aí. E não dá para aceitar que a cidade de São Paulo, a maior Cidade do País, se curve e se dobre aos desmandos de um Governo Federal nefasto e irresponsável. São todos iguais.

No encaminhamento do projeto, o nosso DD. Prefeito já diz claramente: “Estou me curvando, me dobrando ao Governo Federal”. Não dá para aceitar. Retirem já.

– Manifestações fora do microfone.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Tem a palavra o Sr. Claudio Fonseca, do Sinpeem.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Cumprimento as Vereadoras Elaine do Quilombo Periférico e Juliana Cardoso. Em seus nomes, cumprimento os demais componentes da Mesa e todo o público aqui presente.

Vou iniciar minha fala não para polemizar, mas para destacar um assunto que foi

trazido aqui, inclusive com a participação do técnico do Tribunal de Contas do Município, para afirmar que aquele relatório não é *fake*, é frágil; e os próprios técnicos sabem os limites de suas competências, e o que colocaram, no início do relatório, é que eles não têm técnicos, no Tribunal de Contas, para fazer estudo atuarial.

Então, são uma série de considerações que são importantes e valiosas. Reconheço o esforço dos técnicos do Tribunal de Contas. Não é *fake*. Podem rebater. Não é *fake* das pessoas. São responsáveis. Mas ele é frágil, frágil, porque não se faz estudo previdenciário dispondo sobre a questão da Saúde, da Assistência Social e do capítulo da seguridade social, que foi introduzido na Constituição Federal de 1988, que pode ser considerada como uma das Constituições mais avançadas que nós tivemos. E, por essa razão, é uma das mais combatidas, desde o momento em que foi promulgada. Houve um esforço de trabalhadores, de trabalhadoras, de movimento sindical e de movimento social, para se ter uma Constituição avançada, que incluiu um capítulo sobre seguridade social e dispõe inclusive sobre a forma de financiamento sobre a seguridade social, para assegurar assistência à Saúde de forma universal e para garantir os direitos de pensão, de aposentadoria e assim por diante.

Ali do próprio relatório, além de, já no início ser dito que não há técnicos para fazer o estudo atuarial, também são feitos arrazoados, que devem ser considerados sobre a manifestações do STF; mas o STF, a bem da verdade, até hoje, não se manifestou sobre a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 103. O que vem para a Câmara faz o que na verdade? Ele traz para o Município aquilo que foi introduzido de mudanças no regime previdenciário, por meio da Emenda aprovada, defendida e sancionada pelo Presidente Bolsonaro, altera regras quanto ao tempo de contribuição, quanto à idade e penaliza brutalmente as mulheres, ao atribuir maior tempo de contribuição e idade mínima para as mulheres, seja no serviço público, seja na administração privada, no serviço privado. Isso é trazido para cá e se agrava a situação.

Há gente que diz assim: “Será que o Município poderia estabelecer regras menos perversas quanto ao tempo de contribuição e idade mínima?” Sim, é possível. A Câmara



Municipal, em vez de fixar a idade mínima de 57 anos para as profissionais de Educação se aposentar, pode estabelecer uma idade menor. A própria Emenda Constitucional 103 atribui aos estados e municípios para regular o seu regime previdenciário.

É possível não instituir contribuição previdenciária a partir daquilo que excede o salário mínimo? É possível! Não precisa cobrar. Veja só: esta lei se aprovada – o PLO – ela tem um efeito imediato de impor a contribuição previdenciária sobre proventos – que é aquilo que os aposentados recebem – que excedem o salário-mínimo.

O Prefeito foi para a Rádio Eldorado, no dia 4, eu estava ouvindo a entrevista, pedi para que ele corrigisse, pedi posteriormente, mandei para a redação da Rádio Eldorado para que retificassem o que foi dito. E ele disse: "Olha, é 14%, só contribuem aqueles que ganham acima de R\$ 6,344 mil, mas os ativos não contribuem".

O Iprem tem 118, melhor, 112 anos de existência. Cento e doze anos de existência! Foi criado em 1909 como Montepio. E, como Montepio foi até 2005, não, 1998 praticamente. Os servidores contribuem com 5% para cobrir pensão. E quem pagava a aposentadoria? O próprio Tesouro. E quem vai continuar pagando a aposentadoria? O próprio Tesouro Municipal que vai pagar a aposentadoria! Qualquer um sabe que no mundo inteiro não tem nenhum regime previdenciário que seja sustentável.

Precisa se discutir, fazendo esse debate e essa discussão, quais são as fontes de financiamento da seguridade social. Como é que se faz repartição de riquezas para não jogar os pobres na miséria? Na super miséria, comendo osso e comendo lixo. É isso que precisa ser discutido. Não será com o aumento da contribuição dos aposentados e dos ativos que nós vamos combater o *deficit* financeiro, que não vamos manter o *deficit* atuarial. (Palmas).

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Para conclusão.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Inclusive quando se menciona esse *deficit* atuarial, diz-se que ele é de R\$ 171 bilhões. A população que ouve isso acha que já tem um *deficit* de R\$ 171 bilhões, mas ele não faz a linha do tempo em 75 anos e ainda faz uma abstração, como bem observou, aqui, o assessor da Comissão de Finanças. Parece que já é esse. Parece que não vai

haver evolução das receitas. Parece que não vai haver desempenho da economia. Então R\$ 171 bilhões!

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Pela conclusão, por favor.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Vou concluir. E ainda que fosse dado, não tem como você assegurar pensão e aposentadoria, com paridade e integralidade com base somente na contribuição direta, ou mesmo como ocorre hoje: 14% do servidor, 28% do Tesouro. Não vai ser suficiente. Nós vamos discutir a questão da riqueza no País. Distribuição da riqueza. Qual é a base de financiamento para seguridade social? Estamos vivendo numa sociedade automatizada, onde a base contributiva, não é só por causa da terceirização não, antes uma indústria de automóvel tinha trinta mil pessoas para produzir trezentos carros, ou sei lá, quatro mil carros; agora tem vinte mil para produzir a mesma quantidade de carros. E a base de contribuição é sobre a folha de pagamento, não é sobre o lucro da empresa, nem o da Prefeitura. (Palmas)

Então isso precisa ser mudado. E como podemos solucionar isso nesse projeto? Para começar bem.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Pela conclusão companheiro, por favor.

**O SR. CLAUDIO FONSECA** – Vou concluir. Para começar bem, para resolver essa polêmica previdenciária bastava revogar – começando a revogar os Vereadores. Não vamos revogar para o Prefeito, ele já mandou, você pode devolver. Como? Pedindo a todos os Vereadores que votem contra!

O artigo 101, nos termos que foi colocado aqui é uma aberração. Ele traz as regras previdenciárias nacionais, mas mexe até no direito do servidor público possa ter, de fato, seu pedido de aposentadoria assegurado, com publicação de sessenta dias, como é feito hoje. Acaba com isso! Nós vamos ficar pendurado de um ano a um ano e meio requerendo aposentadoria sem tê-la.

Por fim mesmo, eu até queria falar sobre questões técnicas, mas não vai dar tempo.

Vejam como é injusto, e eu me dirijo aos Vereadores, eu não faço achincalhe. Não acho que vamos resolver as coisas com palavrão. Mas apelar Srs. Vereadores para verem como esse sistema é injusto. Como vereador, se ganha R\$ 18,891 mil como valor bruto. Todos os Vereadores da Câmara Municipal pagam de contribuição previdenciária R\$ 751,99 – porque contribuem para o INSS. E, ao contribuírem para o INSS, contribuem sobre o teto, até o teto que é de R\$ 6,751 mil. Tem quem pague menos. Aquele que é servidor público e que optou a pagar como servidor público, paga menos que isso e ganha R\$ 18 mil. Um professor, se ingressasse hoje com R\$ 3,8 mil vai pagar R\$ 485 e, se ganhasse o mesmo salário que um vereador ganha, ele pagaria R\$ 2,8 mil; enquanto o vereador paga R\$ 751. O Prefeito, a partir de janeiro, vai receber R\$ 34 mil e vai pagar de INSS R\$ 751. Se fosse servidor público, ganhando R\$ 34 mil, e essa realidade não existe para nós, ele estaria pagando cinco vezes.

Essa realidade tem que ser discutida – e é assim que se distribui riqueza – é injusta, penaliza os pobres, penaliza os serviços públicos e os servidores públicos. (Palmas)

Penaliza a população, que utiliza os serviços públicos. Não adianta ficar aqui discutindo aumento de IPTU sem colocarmos para todos nós que somos servidores públicos e, às vezes, nós enfrentamos algumas contradições. Despesa de pessoal é feita sobre vinculação de receitas; verba para a Educação, vinculação de receitas; verba para a Saúde, vinculação de receitas. Ao mesmo tempo, como cidadãos, nós protestamos contra o aumento do IPTU, quando se aumenta o ISS, quando se aumenta o ITBI, nós somos beneficiados com isso, porque é uma relação direta.

Então, nós todos precisamos aprender esses mecanismos para discutir como as políticas públicas são financiadas e para desmistificar de que não vai haver saída nem deve ser essa a saída para garantir direitos à vida, porque quando se discute pensão e aposentadoria, estamos discutindo a vida com boa qualidade. Mas não será por meio desses tipos de reformas, que vários governos já fizeram. Foram seis reformas previdenciárias constitucionais, acabando com paridade, acabando com integralidade, aumentando o tempo de contribuição, aumento a idade mínima, sempre com o mesmo argumento do *deficit* previdenciário, e o *deficit* aí está. No

âmbito da Prefeitura, uma em 2005; em 2018, aumentaram para 14%.

Para efeito, com exceção dos cargos do Executivo, inclusive o Prefeito, todos pagam 14%. (Palmas)

Para terminar, a boa alternativa – e hoje vai ser um dia complicado –, convidar quem está nos acompanhando, para vir para a Câmara Municipal, a partir das 15h, acompanhar a discussão e a votação, se ocorrer hoje, do PLO 07/2021, com o nosso posicionamento contrário e pela defesa dos direitos dos ativos, dos aposentados e da população.

Muito obrigado, Sra. Presidente, e desculpe.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Claudio.

A próxima inscrita é a Patrícia Pimenta, do Sinpeem.

– Manifestações no recinto.

– Manifestações simultâneas.

**A SRA. PATRÍCIA PIMENTA** – Bom dia a todos, a todas e a todes. Penso que é desnecessário...

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Só um momento, Patrícia.

Companheiro, por favor, vamos respeitar a fala dos companheiros. A gente já tinha feito um combinado que, no encerramento das falas, a gente se manifesta, ou quando for necessário, mas a gente respeita a fala de quem está na Tribuna; são nossos companheiros também falando.

Por favor, Patrícia. Obrigada.

**A SRA. PATRÍCIA PIMENTA** – Obrigada, Vereadora.

Cumprimentar as Vereadoras Elaine e Juliana e, em nome delas, todas as mulheres de luta que estão nesta plenária, e também todos os Vereadores e as autoridades seja remotamente ou presencialmente.

Penso que é desnecessário eu entrar aqui no conteúdo dessas reformas, desses piratas que estão na Câmara Municipal saqueando direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do serviço público.

Dizer que somos nós que acolhemos a população de São Paulo nas unidades escolares, em toda as repartições públicas e que foram os profissionais da Saúde que estiveram segurando as mãos e enterrando os mortos da Covid.

Dizer que o socorro foram as unidades escolares que levaram inicialmente as famílias dos estudantes das regiões periféricas. Foram as “vaquinhas” que esses profissionais fizeram que fez chegar à mesa o alimento dessa população que foi desconsiderada por este Governo que entendemos que não gosta de gente.

Para fazer uma Administração Pública em qualquer cidade, tem que gostar de ser humano ou tem que pedir para sair e não pode mais formar essa bandidagem para ficar saqueando direito de trabalhadores e trabalhadoras.

Como é desnecessário eu falar de todos os pontos da Reforma, infelizmente, dois alunos que não aprenderam a lição não estão aqui para ter uma aula com a professora Patrícia, que seriam o Holiday e o Rubinho.

– Manifestações do público.

**A SRA. PATRÍCIA PIMENTA** – Porque me parece que esses dois senhores não sabem o que é conceito de privilégio e gostam de colocar adjetivos pejorativos na classe trabalhadora, em especial às mulheres que trabalham por esta Cidade.

Não me preocupo com barulho desses dois, eu me preocupo é com silêncio daqueles que se calam quando não repudiam na plenária uma atitude do Holiday de nos chamar de vagabundos. É o silêncio daqueles que se dizem fazer justiça é que nos incomodam. Porque o Sinpeem, que é o meu sindicato, já está procurando justiça para esse Vereador que não nos respeita. Que isso fique bem claro aqui.

E, privilégios são aqueles direitos para um indivíduo ou para um grupo seletivo. Pelo que o Claudio Fonseca já expôs, já começamos a entender o que é privilégio. Privilégio é o que o Prefeito tem e alguns Vereadores têm.

O salário inicial de uma professora e de um professor, na jornada básica docente – e é por ela que nós nos aposentamos – é R\$ 2,8 mil aproximadamente. Muito diferente dos R\$

18 mil de um Vereador.

O Hospital do Servidor Público Municipal não tem agenda para tratar da saúde de nenhum munícipe, em especial os servidores e as mulheres que deveriam ser amparadas com cuidados da sua saúde, mas os Vereadores têm o auxílio-saúde.

Lá na escola com 35 alunos, nós não temos um auxiliar. Um Vereador pode ter até dezoito assessores. Não discordo que um Vereador precise ganhar bem, que ele precise ter condições de trabalho, porque cuidar direitinho da nossa Cidade deve ser muito oneroso, o tempo dele inclusive deve ficar bem dinâmico considerando todas as necessidades da cidade de São Paulo. Mas quando a gente fala de privilégios, quem os têm? Quem ganha R\$ 2,8 mil aproximadamente ou quem ganha R\$ 18 mil? Quem está trabalhando em salas superlotadas sem ventilação ou para quem está em seus gabinetes com seus ares-condicionados? Quem não tem socorro à sua saúde ou quem tem o auxílio médico? Quem é o privilegiado dentro desta sociedade?

Não quero que a condição de vocês seja retirada. Quero que essa condição de vocês chegue a cada servidor público desta Cidade.

– Manifestações do público.

**A SRA. PATRÍCIA PIMENTA** – Vocês não gostam de servidores, porque os servidores podem vir aqui e falar o que pensam porque o patrão não vai demitir, porque podemos denunciar as mazelas que sofrem a população de São Paulo na região periférica, especialmente.

Então, entendam o que é privilégio. Nós não temos privilégio. O único privilégio que os servidores públicos e as servidoras públicas de São Paulo têm é de servir bem com o pouco que têm, com a precarização que é o serviço público, é o privilégio de formar seres humanos, é o privilégio de tratá-los com amorosidade e empatia e isso nós fazemos muito bem. E se têm privilegiados entre nós, nós não os conhecemos. Nós conhecemos servidor público, agente de apoio, que ganha menos de um salário mínimo. Portanto, é imoral o aumento do Prefeito em 46% e é imoral também o Ministério Público se posicionar – ainda não se posicionou e tomara que não seja essa posição –, dizendo que o Vereador que chama trabalhador e trabalhadora de

vagabundos tem imunidade parlamentar, porque isso, para mim, é “imoralidade parlamentar”. Que fique claro para esta Casa: não silencie, notifique esse Vereador, exija uma reparação, exija que ele venha à Tribuna e se desculpe com os Servidores e as Servidoras de São Paulo. É isso. Não somos privilegiados. Não somos vagabundos e não vamos admitir que vocês saqueiem os direitos dos servidores públicos, porque saquear os direitos dos servidores públicos é saquear a população de São Paulo, é fazer com que o serviço, que deveria ser de qualidade, não chegue à nossa população. O que alguns Vereadores desta Casa têm e que querem é vender os nossos direitos para o capital financeiro e aqui se faz um capitalismo burro. Burro porque somos nós que vamos consumir e vamos alimentar e nem condição para sermos consumidores nós teremos. Não que eu aqui avalie o capitalismo como uma forma. Não. É o socialismo para mim. Mas é o capitalismo que está posto e é esta Casa que está querendo alimentar a burra dos banqueiros, a burra dos empresários desta Cidade e isso nós não podemos admitir.

Então, não ao Sampaprev, não às reformas, porque eu quero deixar um recado aqui: eu ouvi o Vereador Rubinho dizendo que nós usamos abonadas para emendar feriado. Só que no dia 29 de outubro não houve expediente nesta Casa para emendar um feriado, o feriado de novembro. Então, dia 29 de outubro as nossas escolas estavam funcionando e sabe para que eu usei a minha abonada? E podem levantar a minha folha de presença nas escolas. Porque em vinte anos de serviço público eu não tenho cinco abonadas apontadas no meu prontuário e muitas delas foram porque eu tive uma criança com autismo e eu faltei em uma escola para ir ao hospital conversar com os terapeutas, com os psiquiatras, com os psicólogos para eu entender como essa criança aprendia, para eu poder dar condições dela aprender e não fazer o que este Governo e os demais fazem: colocar as crianças dentro da escola e não dar uma escola boa para elas. E as crianças com deficiência, eles colocam que o problema é da deficiência. Não. O problema é de uma educação deficiente, é da falta de condições de trabalho, é da precarização do serviço, é da retirada de direitos e é por isso que um serviço de qualidade não chega à população.

Muito obrigada. (Palmas)

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pela ordem, Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Pela ordem, Vereadora Juliana.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Pessoal, queremos fazer um combinado com vocês. Foram inscritas 35 pessoas pelo Sindicato e 32 munícipes. Nós estamos falando de 67 pessoas. Só conseguimos ouvir até agora oito pessoas. Então, se formos recalcular, vai dar um minuto e 40 segundos para cada um. Então, ou intercalamos ou não vai dar para ouvir todo mundo. Intercalamos: um do Sindicato e um munícipe. Pode ser? Organizamos assim, pode ser? Pode.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Só para complementar também, Vereadora. Eu queria, por favor, se houver algum Presidente de Sindicato que esteja on-line, que indique no *chat*, porque nós não conseguimos ver se não houver a indicação no *chat*. E, aí, por favor, indique para que possamos chamar também.

Então, vamos começar a intercalar entre os sindicatos e os munícipes que se inscreveram livremente, para conseguirmos ouvir o conjunto da população.

O próximo é o Renato Rodrigues dos Santos, do movimento Caravana da Educação. Por favor.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Vereadora Elaine, eu só queria expressar um sentimento, porque é tão importante esta audiência pública, ouvindo os munícipes, os servidores municipais, os professores e tudo, e não há aqui, até agora, qualquer representante da Base do Governo que, inclusive, é a maioria.

– Manifestação do público.

**O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY** – Quero convidá-los, eu também tenho outras comissões, mas fiz questão de vir aqui um pouco para ouvi-las e ouvi-los. E sugiro aos Vereadores da Base do Governo que venham aqui também.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Inclusive, os representantes do Executivo, Vereador, também deveriam estar presentes nesta Comissão.

Tem a palavra Renato Rodrigues dos Santos, do movimento Caravana da Educação.



**O SR. RENATO RODRIGUES DOS SANTOS** – Boa tarde a todos e a todas, à Mesa, especialmente ao Vereador Toninho Vespoli, que está aí na guerra, na luta contra o Sampaprev.

Tenho a dizer o seguinte, hoje temos um projeto para o País, um projeto neoliberal que ataca os direitos dos trabalhadores. Esses que estão votando favorável ao Sampaprev são aqueles que apoiaram o golpe e apoiaram o Governo Bolsonaro, que tem como objetivo atacar os direitos dos trabalhadores, da classe trabalhadora. Tanto é que foi aprovada a Previdência, a reforma trabalhista, a lei das terceirizações retirando os direitos de todos os trabalhadores.

No Estado de São Paulo não é diferente, com o “Bolso Doria”, que ataca os direitos dos servidores estaduais. Tanto é que há duas semanas aprovou o PLC 26/2021, retirando os direitos dos trabalhadores, dos servidores estaduais. E aqui no Município de São Paulo temos o Ricardo Nunes, isso significa que é o mesmo projeto de retirada dos direitos para atender o capital nacional e internacional.

Portanto, a nossa luta não é só contra o Sampaprev, mas é a organização da classe trabalhadora para derrubar esses que têm como objetivo agradar o capital financeiro, agradar os bancos. Por que falam tanto em números e em *deficit*? Porque não taxam as grandes empresas, porque não cobram os bancos, os maiores devedores. Não querem isso, querem retirar os direitos dos trabalhadores.

Hoje vivemos numa sociedade em que o nível de vida está altíssimo e a população está comendo o quê? Osso. O nível de desemprego altíssimo, e o que eles querem? Apertar o parafuso em cima dos trabalhadores? Podem apertar os parafusos, mas uma hora esses parafusos vão espanar e aí vamos responder à altura para vocês. E responder para vocês não é só na organização dos trabalhadores. Responder para vocês é organizar de fato e ver uma nova sociedade. Uma sociedade que tenha como objetivo dividir os recursos de acordo, para que todos tenham uma boa qualidade de vida, decente. Que possam usar hospitais, escolas de qualidade, que tenham cultura e não atacar os direitos dos trabalhadores e conseqüentemente o serviço público também.

Então é nesse sentido que temos de pensar, de organizar, porque não é através dos

números que se vai responder as nossas necessidades, mas sim através de uma política que de fato atenda todos os trabalhadores, todos aqueles que produzem a riqueza e têm o direito de ter uma vida decente. Não ao Sampaprev, fora Bolsonaro, fora Doria e Ricardo Nunes.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, companheiro.

Primeiro inscrito da lista de inscritos da Audiência Pública virtual, João Batista Gomes. Está presente? (Pausa). Se não estiver presente passo para o próximo e quando ele voltar é só apontar que chamamos novamente. Christian Silva Martins de Mello Sznick.

**O SR. CHRISTIAN SILVA MARTINS DE MELLO SZNICK** – Boa tarde, Vereadoras e Vereadores desta Casa, colegas sindicalistas, população da cidade de São Paulo, sou Christian Sznick, diretor de escola e dirigente sindical do Sinesp, uma coisa que é grave, já foi trazida em outro momento, mas aqui precisa ser ressaltada.

Uma delas: a Cidade está aberta. Os servidores voltaram, os alunos voltaram para as unidades educacionais; acabou o distanciamento, mas a Câmara está fechada para as discussões, e a Prefeitura Municipal de São Paulo também, porque, em 14 de setembro, falou para os servidores, para os representantes sindicais que estiveram em reunião com o Secretário Executivo de Gestão, e falou o quê: “Não há nenhum projeto de Reforma Previdenciária para ser colocado”. De repente, este projeto aparece dentro da Câmara Municipal de São Paulo. Nem para o Iprem ele foi, que é o local onde deveria ter sido iniciada alguma discussão.

Então, que retorne o diálogo e retire já este projeto; que se faça um diálogo com os servidores e com toda a população. Isso é o mais razoável. Agora, não é razoável que, ao mesmo tempo que se coloca um projeto como este, queiram aumentar o IPTU sobre todas as regiões mais periféricas, diminuam a estrutura do serviço público do Município de São Paulo; sendo que são os servidores que estão atuando na cidade de São Paulo com a população.

A pandemia não acabou, e os servidores estão diretamente com a população. A Cidade não pode olhar de outra forma; ela precisa é estruturar o serviço, e não desmontar o serviço público. Precisa retomar os concursos, retomar todas as possibilidades de diálogo. É isso que se pede. Retire já este projeto.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada. Tem a palavra o Sr. Orlando Torres Filho, do Sinpeem.

**O SR. ORLANDO TORRES FILHO** – Obrigado. Boa tarde. Nobres Vereadores, guerreiros e guerreiras tão aguerridos que estão lutando pela dignidade do serviço público, eu começo a minha fala dizendo que o diálogo nos traz a verdade, a maior arma que temos para lutar contra as injustiças. E, infelizmente, tramita nesta Casa uma injustiça cujo nome é Sampaprev.

Portanto, solicito a todos que analisem o Sampaprev, que prega o desconto de 14% nas aposentadorias daqueles trabalhadores e trabalhadoras que, mesmo tendo contribuído durante toda sua vida, ainda sofrerão um rombo de 14% em cima dos seus salários. Para isso, tem um nome: injustiça.

Se estamos aqui combatendo essa injustiça é porque sabemos que o Sampaprev nada mais é do que um verdadeiro rombo à nossa dignidade, um verdadeiro rombo ao nosso presente e, principalmente, ao nosso futuro.

Devo lembrar todos do fato de que um bom político é aquele que se utiliza da verdade em suas atitudes e da verdade em sua tomada de decisão. Por isso, como funcionários públicos, como cidadãos, exigimos de todos os Parlamentares desta Casa que se utilizem da verdade e da justiça nesse momento.

Tenho certeza de que, se esses Parlamentares forem justos, eles não aprovarão o Sampaprev. Peço a esses Parlamentares que retirem neste momento o Sampaprev. Parem de querer roubar a dignidade do trabalhador.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada.

Está presente o João Alberto?

**O SR. JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUSA** – Sim, presente.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Por favor, três minutos.

Fique à vontade.

**O SR. JOÃO ALBERTO RODRIGUES DE SOUSA** – Eu sou o João Alberto Rodrigues de Sousa. Sou Vice-Presidente do Sinesp e, neste momento, não poderíamos deixar de nos manifestar contra esses absurdos que tentam fazer contra o servidor público de São Paulo.

Esses Vereadores que estão apoiando o Governo, essa base governista que está querendo trazer para o município de São Paulo o mesmo desastre que o Governo Bolsonaro está fazendo para o Brasil, merecem o nosso repúdio. Nós não podemos aceitar que venham trabalhar com *fake news*, com mentiras à população, mentira do Prefeito, mentira do Vereador, agressões aos trabalhadores, como isso sendo uma arma para aprovar esse desastre previdenciário.

Todos os argumentos que o Governo traz são falaciosos. Ele esconde que a relação entre o gasto com os trabalhadores e o PIB da cidade de São Paulo tem diminuído ao longo dos anos e não aumentado. Ele vem novamente fingir – como já fingiu no Sampaprev 1 – que uma Reforma da Previdência iria resolver todos os problemas previdenciários de São Paulo, e nós estamos aqui, depois de três anos, de novo vendo a mesma política, as mesmas propostas, as mesmas mentiras. Nós não podemos aceitar a continuidade disso. Por isso, os trabalhadores estão na rua, porque o que querem é ver o servidor público revirando lixo e comendo osso, porque essa é a proposta deste Governo: é acabar com o serviço público, é tirar da população o serviço de qualidade.

Então, nós, trabalhadores do Município de São Paulo, estamos organizados, estamos na rua e não vamos aceitar, de forma alguma, que nos tratem desse jeito. E é na urna que nós podemos dar a resposta, e eles terão essa resposta se nós não tivermos aquilo que nós lutamos sem nenhum arrego. Fora Sampaprev! Retira já!

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Próximo inscrito...

**A SRA. LUANA ALVES** – Presidente Elaine, temos uma pergunta.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Pois não, Vereadora.

**A SRA. LUANA ALVES** – Gostaríamos de saber se tem, agora, neste momento, algum representante da Secretaria da Fazenda nesta audiência?

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Gostaria, inclusive, Luana, de reforçar: se tiver algum representante do Executivo, por favor, que se manifeste no *chat*.

**A SRA. LUANA ALVES** – Obrigada, Elaine. Pelo visto, já não estão aqui.

**A SRA. MÁRCIA REGINA UNGARETTE** – Boa tarde, Vereadora. Aqui é Márcia, do Iprem. Estou presente. Desculpe, me atrasei um pouco. Desculpe, mas estou aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Márcia, do Iprem, que está, aqui, representando o Secretário da Fazenda.

**A SRA. MÁRCIA REGINA UNGARETTE** – Isso. Exatamente.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Márcia.

A próxima inscrita é a Luana Morais Vieira, do Sindsep.

**A SRA. LUANA MORAIS VIEIRA** – Boa tarde a todos os colegas, companheiros e companheiras. Cumprimento a Mesa na pessoa do nosso companheiro combativo Suplicy, Juliana Cardoso e companheira Elaine.

Não posso começar essa fala sem antes saudar a todos os meus colegas professores, a todos os meus colegas agentes de apoio, a todos os meus colegas do Serviço Funerário, a todos os servidores públicos municipais que atendem, de forma brilhante, com o seu trabalho, a cidade de São Paulo. E eu estou dizendo isso porque aos nobres Vereadores que, na última sessão foram à Tribuna nos chamar de vagabundos. Aqui não tem vagabundo. Aqui tem trabalhador, tem trabalhadora, que exerce a sua função em atender todo o povo da cidade de São Paulo.

E, aí, nós temos de falar de privilégios. É assim que esta Casa discute. Quem é o privilegiado, neste momento? Se é o conjunto dos trabalhadores ou os que residem e trabalham nesta Casa, por exemplo, com os seus salários e que não pagam ou pagam míseros R\$ 750, R\$ 751 para a sua aposentadoria? Privilégio de quem aumenta o seu salário em 46% ou cria cargos?

Ou de uma servidora, agente de endemias, de 64 anos, cujo líquido que recebe é R\$ 790, e paga de aluguel R\$ 1,12 mil e a conta dessa trabalhadora não fecha. Quem é o privilegiado? É o Sr. Prefeito da cidade de São Paulo, que aumentou o seu salário, ou os trabalhadores?

Há uma inversão aqui, nobres Vereadores, e é um desrespeito que esta Casa faz com o conjunto dos servidores públicos municipais. É um desrespeito e uma afronta ao povo desta Cidade. Ninguém é bobo, nós estamos na ponta atendendo nas periferias desta Cidade. E a população e a comunidade sabem, Prefeito Ricardo Nunes, que a continuidade do seu Governo cortou o leite, que o seu Governo não garante para a cidade de São Paulo segurança alimentar, que o seu Governo demorou mais de um ano para enviar o *tablet* e garantir a educação pública de qualidade para o filho dos trabalhadores. E sabe do aumento de 90% do IPTU, porque quem mora na Cidade Tiradentes, Guaianases, vai pagar mais do que quem mora no Morumbi.

Um Governo que não garante as condições mínimas e esta semana já anunciou o aumento do transporte coletivo da cidade de São Paulo. Em plena pandemia, com índice alto de desemprego, com as famílias não conseguindo garantir o alimento necessário dentro de casa, muitos na fila do osso. E esse Governo ataca ainda mais, como o Governo Bolsonaro e o Governo Doria no Estado de São Paulo.

E aí tem de parar de mentir, Prefeito, vocês não contribuem com o Ipem. Nós contribuimos desde que entramos no serviço público. O mínimo que esta Casa, que esse Prefeito tem de fazer é se retratar com os servidores públicos municipais da cidade de São Paulo. E para iniciar um diálogo, o Prefeito tem de receber o conjunto dos trabalhadores. O Prefeito tem de receber as entidades sindicais, porque foi ele que mandou o projeto. E o mínimo que a Vereadora pode fazer, assim como o Vereador Thammy Miranda e outros Vereadores que não vamos esquecer e vamos estampar o rosto em cada poste desta Cidade, é votar contra e retirar o Sampaprev. Retira o Sampaprev.

– Manifestações do público.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, companheira.

A Secretaria está organizando a lista *on-line*, então vou chamar mais um inscrito daqui, por

enquanto, Diogo Mautone da Silveira, do Sinpeem, por favor.

**O SR. DIOGO MAUTONE DA SILVEIRA** – Primeiramente, boa tarde aos Vereadores e Vereadoras, aos colegas presentes, gostaria de deixar minha fala traçando uma linha do tempo que começa mais ou menos um pouco antes de eu ter nascido. Havia um certo Ministro da Fazenda que dizia: para se comer um bolo, essa massa precisa crescer primeiro.

E aí minha vida foi passando, cresci, me tornei professor, me deparei com um cálculo hoje e estou percebendo que não vai chegar minha vez de comer o bolo. E ao mesmo tempo que eu não vou comer o bolo tem gente furando a fila e comendo um pedaço grande desse bolo, que são os comissionados, pessoas que estão aproveitando dessa massa que para mim ainda não chegou a vez. Não sei que gosto tem o bolo e não vou saber, talvez.

Faço parte do Sinpeem, sou professor, sou servidor público e tenho compromisso com a luta. Esses Vereadores que nos chamam de vagabundos, oportunistas que acordaram o gigante da Nação por causa dos R\$ 0,20, estão dormindo agora diante de um confisco de 14% das nossas aposentadorias.

Então, eu pergunto a todos aqui, já que estamos falando de história: cada um de nós somos importantes na história das pessoas, desde aquele aluno que ensinamos a ler até aquele paciente que atendemos e curamos. Todas as pessoas são mais importantes do que o que esses “caras” tiveram de voto. A mão invisível do mercado está deixando digitais no bolso dos nossos aposentados, também de nós, professores.

Quero deixar um convite para, daqui a pouco, ir até a rua e gritar bem alto para retirar o projeto do Sampaprev.

Muito obrigado. (Palmas).

– Assume a presidência o Vereador Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Vereadora Elaine, por ter conduzido até aqui. Tem a palavra o Sr. Juliano Godoi, do Sinpeem.

**O SR. JULIANO GODOI** – Boa tarde. Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, colegas servidoras e servidores presentes, talvez a gente precise discutir nesta audiência sobre o que foi

mostrado no telão sobre o rombo da Previdência.

A gente tem um serviço público que, a cada dia que passa, ele vem ficando menor, seja na Saúde, na Educação. E é evidente que aqueles números que foram apresentados nessa fotografia do serviço público cada dia menor não vão bater. Até os Vereadores que ousaram xingar os servidores públicos serão capazes de entender que essa conta não fecha.

Colegas, não é aceitável que esta Casa de Leis, que os Vereadores da cidade de São Paulo, há anos, décadas, fechem os olhos para os fenômenos de terceirização e de privatização dos serviços diretos, que fazem do serviço público uma estrutura menor. Mas as pessoas que ocasionam os “rombos” da Previdência são as mesmas a dizer que quem tem que pagar o “rombo” da Previdência são os servidores.

Então, a gente precisa fazer uma discussão séria com este Parlamento, e este Parlamento precisa trazer para as suas mãos a responsabilidade de ter políticas públicas sérias que ampliem o serviço público, porque é só o serviço público que consegue prestar, de fato, e com qualidade, serviço para a população.

O meu exemplo é muito claro, colegas. Quem foi que segurou na unha, na mão, na marra, a luta contra a pandemia? Foi o SUS, ou foi a Prevent Senior? Foi o SUS, colegas. Quem é que segurou a educação da garotada, os nossos alunos, durante quase dois anos, sem estrutura e sem condições? Não foi a rede privada, e sim a rede pública, os servidores públicos, os mesmos que foram chamados de vagabundos neste Parlamento.

Portanto, colegas, a lógica é simples: a Casa de Leis precisa garantir que a Prefeitura inverta a lógica de reduzir o Estado e precisa ter uma política clara de ampliação de concursos públicos para substituir o professor na escola que está faltando, para substituir o enfermeiro que está faltando na UBS.

Para falar disso, só um exemplo bem claro. Hoje, na cidade de São Paulo, mais de 80% das UBSs estão na mão da iniciativa privada, das ONGs e das OSs. E, na mão da iniciativa privada, eles contribuem para o regime de Previdência que não é o regime público. Não bate a conta e nem vai bater. Mas tudo bem, é na Saúde e você é professor. Então vamos para a



Educação.

Na Educação, mais de duas mil creches estão na mão da iniciativa privada e pouco mais de trezentas na administração direta. Então, vou repetir: até aqueles Vereadores que xingaram os servidores de vagabundos vão entender que essa conta não fecha.

Por isso, os Vereadores precisam barrar o PLO 07/2021. Hoje é dia de votar “não”, contra o PLO 07/2021, para a gente ter uma política pública que amplie os serviços públicos, que é o único serviço de qualidade prestado à população.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado. Tem a palavra a Sra. Silvana Pereira Goulart Colombo. (Pausa).

Carolina Lemos Roland, Fórum EJA – Capital.

**A SRA. CAROLINA LEMOS ROLAND** – Boa tarde a todas, a todos e a todes.

Meu nome é Carolina Roland, eu sou professora na EMEF Professora Marili Dias, no Morro Doce. E junto com muitos dos meus colegas nós corremos a população durante a pandemia. As mães falavam na escola: “Não temos o que comer”. Nós tivemos auxílio de ATEs, nós tivemos auxílios de professoras, professores. Nós tivemos auxílio do MST para conseguir alimento para essa população. A população sabe quem socorre, quem ajuda, quem está lá – e são os servidores públicos. As mães de crianças menores vêm nos perguntar onde tem creche direta. As famílias, os munícipes, sabem a diferença entre o servidor público e o comissionado. Eles sabem a diferença. Então a população está de olho, a população está atenta.

Eu gostaria de voltar e lembrar que, na primeira votação do Sampaprev, eu estava lá na Câmara dos Vereadores. E por mais que eu seja servidora pública há tantos anos, as minhas filhas estavam assistindo pelo Youtube, porque eu estava lá, e elas viram um Vereador chamando a mãe delas de vagabunda. A mãe que trabalhou na pandemia, que trabalhou *on-line*, que trabalhou muitas horas *on-line* todo esse tempo. A mãe que correu atrás de comida, que procurou ajuda para a população. Elas ouviram a mãe dela sendo chamada de vagabunda em cadeia nacional, no Youtube, pela internet.

Se vocês pensam que vão acabar com a carreira do servidor público, achando que isso é evolução, que isso é neoliberalismo, e eu tenho pena de vocês. Está mais do que provado de que isso não está certo. E nem adianta eu apelar para a moralidade dos Vereadores, porque o que conta é o dinheiro que vai para os comissionados, é o dinheiro que vai para as terceirizadas. É isso que está fazendo essa votação ainda estar sendo discutida.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – João Ariovaldo D’Amaro, da Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Públicos do Estado de São Paulo.

**O SR. JOÃO ARIOVALDO D’AMARO** – Boa tarde a todos.

Represento a Associação dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos Públicos da Prefeitura. Eu vou me pronunciar rapidamente.

O aumento de 14% sobre os salários que ultrapassem o mínimo de aproximadamente R\$ 1 mil acarretará uma redução e um confisco salarial de até aproximadamente R\$ 750 mensais de cada servidor.

A receita da municipalidade, hoje em torno de R\$ 70 bilhões, tem um histórico de reajustamento anual de salário de 0,01% desde 2001, quando o orçamento girava em torno de R\$ 14 bilhões. Quer dizer, aumentou para R\$ 70 bilhões e continua o 0,01%. E a folha de pagamento, de salários, hoje, não ultrapassa 35% da Receita Corrente Líquida.

Eu quero dizer o seguinte: como que pode essa conta, querer penalizar servidor, se nós já somos penalizados há mais de vinte anos com não reajustamento salarial? Ao mesmo tempo, existem recursos para aumentar 46% os salários do Prefeito, dos Secretários e dos cargos em comissão.

Esse propalado rombo de R\$ 170 bilhões exarado pelo Governo é uma questão contábil, porque recursos existem. A questão é o seguinte: o Governo colocou no PLO, no seu artigo 34, parágrafo único, que ele pode quiser contribuir duas vezes se quiser, a alíquota de 14%, pela contribuição patronal. E evitaria toda essa polêmica que está se fazendo. Está prejudicando servidores que têm a missão de servir esta Cidade; os aposentados, que já têm

todo o seu salário já destinado às suas despesas, ainda vão retirar. Isso é uma falta de uma consciência de colaboração, de entendimento de quem serve esta Cidade são os seus servidores municipais; os aposentados que contribuíram mais de trinta anos e que, diferente da iniciativa privada, o patrimônio de um servidor público é o seu salário e sua aposentadoria digna. É diferente.

Agora, vocês, Vereadores, têm grande responsabilidade na análise e na aprovação desse Projeto de Lei. Vocês são responsáveis tanto quanto quem mandou esse projeto para a Câmara. Vocês não prejudicar famílias, servidores, que trabalham para esta Cidade.

E quero dizer mais: na questão jurídica, já existe um parecer tanto do Tribunal de Contas quando do jurista Edson Vidigal apontando centenas de defeitos neste PL, que amanhã vão gerar centenas de ações judiciais e que onerarão os cofres municipais.

Apelo para que se retire esse PLO e se sente com as entidades do funcionalismo para encontrar uma solução que resolva essa questão que está gerando uma grande polêmica e prejuízo aos servidores municipais.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, João.

Sr. Paulo Soares, da Freguesia do Ó.

Quero justificar que o Vereador Professor Toninho Vespoli está indo à reunião da CCJ, da qual ele é membro. Obrigado, Vereador Toninho Vespoli pela presença.

**O SR. PAULO SOARES** – Boa tarde a todos, Vereadores, a todos on-line também, a todos os munícipes.

Vou ser breve. O colega apresentou no começo da Audiência um *deficit* atuarial da Previdência até 75 anos. Eu não sei se esse *deficit* leva em consideração concursos públicos, entrada de funcionários. Eu acredito que não.

Nós temos hoje, em média, cento e dez mil servidores na ativa na Prefeitura de São Paulo. Levando em consideração que o pessoal se aposenta com 35 anos de serviço, no ano de 2056, nós não vamos ter nenhum servidor público concursado na cidade de São Paulo. Em 2056,

nós não vamos ter nenhum concursado porque não abre concurso. É simples. A conta não vai fechar. Se não se tem ninguém contribuindo, você vai ter uma Previdência quebrada.

Muitos servidores trabalham em dois ou três empregos, isso o Prefeito não sabe. Tem servidor público, por exemplo, de endemias, por exemplo, que eu faço parte, que vai fazer *IFood*; tem servidor público que trabalha como segurança num período noturno. Que qualidade esse servidor público vai trazer para o serviço? Você vê que a qualidade do serviço cai, sim. Tem servidor que trabalha comigo, trabalha como segurança dia sim, dia não, no período da noite, e ainda passa o dia todo batendo de porta em porta no combate à dengue, porque o serviço público não tem uma remuneração adequada para o servidor público.

Essas pessoas, esses Vereadores que chamam o servidor público de vagabundo, muitos deles ligados ao MBL, por exemplo, eles colocam cargos comissionados e falam “servidor público ganha bem”; “servidor público só é a desgraça para o Governo”; “servidor público que tira o dinheiro da população, dinheiro que devia ser de investimento”. Só que eles não falam que esses servidores públicos que ganham bem é o servidor comissionado, aquele que o Prefeito deu aumento, aquele que esta Casa votou num Projeto de Lei que deu aumento para o Prefeito também, aquele que o Prefeito barganha: “Vou te dar um cargo aqui para você votar, Vereador, no meu projeto nefasto”, que prejudica o servidor público e a população. E uma pergunta bem clara: não só essa questão dos estudos, que não conta com concurso público, com nenhum concurso, Sampaprev 1, 2, e vai vir 3, 4, eles vão tentar atacar o serviço público, vão atacar o servidor.

Eu vou falar mais uma coisa, se os Vereadores são tão empenhados, Vereadores que estão aqui nesta Casa, eleitos para representar a população, e nós servidores públicos, isso aqui é uma audiência pública que tem munícipes também participando; se esses Vereadores que votaram a favor em primeira votação são tão empenhados em exercer seus papéis de Vereadores, cadê eles nesta audiência pública para ouvir a população, para ouvir os prós e os contras? Cadê eles? Vocês sabem por que eles não estão aqui? Porque estão muito bem comprados com emendas, estão muito bem comprados com cargos políticos, estão muito bem

comprados assim.

Eu quero que eles provem que não estão comprados e venham falar, e não deixem votar, não. Que falem: “vamos discutir”, “vamos melhorar”, “vamos retirar esse projeto e devolver para o Prefeito”, porque esse projeto é um ataque, não ao servidor público, e sim à população da cidade de São Paulo.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado, Paulo. O Fórum Paulista de Educação Infantil ainda não falou, é isso? Ivan Ferreira. Eu estou chamando quem não falou ainda e depois voltaremos aos inscritos e os sindicatos que já falaram, *ok?*

**O SR. IVAN FERREIRA** – Sou o Ivan, da coordenação do Fórum Paulista de Educação Infantil – FPEI; também componho o movimento Caravana da Educação.

Vou mais uma vez, como na Audiência Pública de segunda-feira, falar pausadamente porque muitas das falas de nós, servidores e servidoras, estão sendo distorcidas, inclusive tivemos esse incidente na sessão do dia 13 de outubro.

Na audiência de segunda-feira, inclusive o Presidente estava presente virtualmente na audiência da CCJ, creio que a Vereadora Juliana também estava presente, nós escutamos vários especialistas contribuindo com a visão que o companheiro trouxe aqui da Câmara, entre eles um professor da Unicamp e um funcionário do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul. Estava presente o Secretário também.

Então, eu vou fazer o mesmo questionamento que fiz para o Secretário, porque como as audiências ficam gravadas, apesar de parecer esse marasmo, a história depois vai registrar tudo. Na audiência de segunda-feira teve umas quatro horas de duração e o Secretário deixou para responder no final o questionamento que eu fiz. Quem pegar a resposta dele vai ver que ele enrolou, enrolou, enrolou, e não respondeu nada.

Algumas pessoas já trouxeram aqui esse levantamento, que é a questão da dívida atuarial projetada em 75 anos. Gente, uma dívida projetada em 75 anos para atingir o valor de R\$ 171 bilhões. Como que as pessoas que não acertam a inflação do mês que vem, não acertam

o PIB do ano seguinte, querem que nós, servidoras e servidores públicos, engulamos, querem fazer com que a gente engula uma projeção de 75 anos? Como o próprio companheiro que me antecedeu falou, nesse andar da carruagem, nem servidor e servidora pública concursado diretamente nós teremos.

Então, assim, a gente teve esse estudo no Sampaprev 1, é algo muito sério, porque quem financiou o estudo no Sampaprev 1? Foi a Febraban, a Federação dos Bancos. Interessada na primeira Reforma, foi e financiou o estudo da FIA. A gente nem está aqui discutindo o que é a FIA em si. Para quem não sabe, uma fundação vinculada à Faculdade de Economia e Administração da USP, onde muitos professores que têm contrato exclusivo, de dedicação exclusiva com a faculdade, acabam servindo mais à fundação do que à própria faculdade.

Essa é uma outra questão.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Concluindo, por favor.

**O SR. IVAN FERREIRA** – O dinheiro gasto nesses estudos é muito mal investido, como nós pudemos ver. A primeira consultoria falou que não precisaria de outra Reforma da Previdência há três anos. Estamos sendo roubados, porque essa é a palavra que tem que ser dita. Estamos sendo roubados, mais uma vez, em menos de cinco anos, com o mesmo estudo mequetrefe – desculpem-me o palavreado –, mas um estudo nada imparcial. Até porque sou paulofreireano; ele está estampando a caravana do movimento Caravana da Educação. Não existe imparcialidade. A ideologia que você defende ou é inclusiva ou não.

Então, o que nós estamos vendo? Estamos vendo pessoas se submetendo ao capital, como bem disse o Renato do movimento Caravana da Educação, tanto nacional quanto internacional para gerir o que seria o mínimo de dignidade que uma servidora ou servidor público depois de trinta anos trabalhando na ponta para o município, porque eu também sou Professor de Educação Infantil... concluindo, Presidente... lá na zona Sul, do lado do Cemitério Jardim São Luiz. Nós vimos o que foi para a periferia esta pandemia.

É um absurdo que esta Câmara Municipal não tenha feito uma coletiva de imprensa

durante mais de um ano, dois anos, para falar sobre a pandemia e, num 15 de outubro, no Dia do Professor, coloca imagens com legendas deturpadas para falar mal de servidor público na televisão.

Esta Casa deveria estar cobrando explicações desse Vereador, e não, continuar surrupiando os nossos salários e a nossa aposentadoria.

Com isso, eu peço desculpas por ter extrapolado o tempo, Presidente. Mas é muito sério porque, inclusive, até processo contra esta Casa pode acontecer pelo disparate feito por determinados mandatos.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – O Sr. Vlamir Lima, da Confetam; em seguida, vamos passar para Luba Melo.

**O SR. VLAMIR LIMA** – Olá, Vereadores presentes e que estão acompanhando on-line, servidores e entidades que representam a categoria dos servidores públicos, sou Dirigente da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal, a Confetam.

Trago toda a solidariedade dos servidores municipais do Brasil à nossa luta. Nós somos um espelho, um reflexo do que pode acontecer no restante dos municípios e estados, como os Governos vêm atacando os direitos dos servidores.

Uma luta que é necessária, que persiste, a resistência contra a reforma administrativa, PEC 32. É importante essa unidade das três esferas do funcionalismo para dizer que a reforma administrativa destrói os serviços públicos.

O que acontece na cidade de São Paulo com o projeto da Previdência do Prefeito Ricardo Nunes é o que já vem acontecendo em diversos municípios em que os trabalhadores vêm resistindo.

Mas o ataque violento que o Prefeito Ricardo Nunes faz nesse projeto, PLO 07/2021, é imperdoável, inadmissível, como esse Governo, desde que pôs o pé em 2017 – porque essa é a continuidade dele – o ódio que eles têm do funcionalismo público que, na pandemia, por diversas vezes, foi chamado de herói, na hora de valorizar, não; eles querem acharcar os

servidores, inclusive, aqueles que nos seus trinta anos, trinta e cinco anos ou mais, contribuíram para a cidade de São Paulo, os aposentados, e o confisco salarial.

Confisco esse que se soma aos não reajustes que esta Casa e o Prefeito não deram aos servidores públicos municipais. A gente vem amargando ano a ano um 0,01%, e os aposentados que vão ser atingidos pelo confisco são os que vão mais sofrer.

Eu sou da categoria do nível básico e do nível médio, tem uma reestruturação, sou do administrativo, conhecido como AGPP aqui na cidade de São Paulo. Temos um projeto de reestruturação da carreira, vai continuar o mesmo valor que a gente tem, e isso vai pesar para os aposentados porque vão continuar ganhando os mesmos vencimentos, sem nenhuma valorização. Mas o Prefeito junto com a Casa insiste em tirar 14% desses aposentados. São em torno de trinta e cinco mil servidores representados pelo nível básico e nível médio nessa reestruturação, a grande maioria aposentada porque os concursos públicos são cada vez menos para os setores de agente de apoio ou administrativo da cidade de São Paulo.

Então, da nossa parte, não dá para aceitar, onde a gente for, como fizemos no sábado ou em outras atividades, aonde o Prefeito for vamos cobrar desse Prefeito, exigir que retire o PLO 07/2021, o Sampaprev 2. Não dá para fazer esse confisco ao funcionalismo público. Dessa forma vamos exigir que esta Casa ponha ordem na discussão para a manutenção dos serviços públicos. Repito e fecho porque a terceirização é a substituição do funcionalismo público, é o fechamento do serviço público para a população!

Foi isso que o Doria quando Prefeito passou para a cidade de São Paulo quando tentou fazer isso com as farmácias das UBS, das unidades de Saúde, queria fechar e quando tentou fechar em zonas da cidade de São Paulo, e esse Prefeito, junto com o que já passou por aqui, eles querem nos destruir.

Da nossa parte, a nossa resistência continua e vamos exigir dos Vereadores que não votem nesse PLO 07/2021! Vamos à luta! (Palmas).

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra Luba Melo, do Sindsep.

**A SRA. LUBA MELO** – Olá, companheiros e companheiras. Cumprimento



primeiramente meus guerreiros e guerreiras que, desde o dia 20 de outubro, nós estamos em greve. Cumprimento também o Vereador Jair Tatto, o Vereador Toninho Vespoli, Vereadora Elaine, Juliana Cardoso e Suplicy, que estão com a gente na luta.

Estou envergonhada, por que a base do Governo, 37 Vereadores que votaram em primeira, não está aqui? É uma falta de respeito. Eu não sou vagabunda, pessoal, eu sou mãe, sou servidora pública, contribuo com o Iprem. Meu filho vai fazer sete anos amanhã, eu não quero estar à meia-noite aqui, nesta Casa, eu quero estar com o meu filho.

Quero dizer a esses Vereadores que votaram contra o funcionalismo que, atrás de cada crachá tem uma mãe, um pai de família, que estão na luta para levar sustento para suas casas.

O PLO 07/2021, o Sampaprev 2, é um ataque ao serviço público, aumenta em sete anos a contribuição das mulheres, e nós mulheres sabemos muito bem da tripla jornada que fazemos. E esse projeto, pessoal, está de mãos dadas com a PEC 32 de Bolsonaro, aliás, com a necropolítica de Bolsonaro que ataca o funcionalismo. Eles falam de privilégios, não há privilégios, pessoal, procurem no site do Sindsep, lá nós temos estampado o holerite de uma servidora aposentada, que ganha hoje R\$ 790 e o aluguel dela é R\$ 1,12 mil.

Falam de economia, não há economia pessoal, acompanhem o processo dos CEUs. Os CEUs estão sucateados, foram disponibilizados R\$ 500 milhões dos cofres públicos e apenas 30% da verba foi gasto nos CEUs. Temos exemplos de unidades, como o CEU Formosa que está com problema sério na caixa d'água.

Pessoal, nós, servidores e servidoras públicas da Prefeitura de São Paulo, sobretudo na linha de frente, estivemos nessa pandemia defendendo a população e hoje somos apunhalados pelas costas. Falo em nome desses servidores, principalmente servidores que faleceram. O Sindsep contabilizou quase 140 servidores que faleceram de Covid, pela negligência deste Governo. Esses números não são oficiais, esse número é muito maior.

Em nome de Adélia Maria Araújo, do Hospital Municipal Menino Jesus; em nome de Adonias Negreiro, da Defesa Civil; Benedito do Nascimento, dos cemitérios; Carlos Alberto, da

Secretaria Municipal de Bibliotecas, de Cultura; Cristina Padovani, professora; Deise Marques, GCM; Eli Ferreira, auxiliar no Hospital Municipal Tide Setúbal; Ester, enfermeira do Hospital Artur Ribeiro Saboia; Glauca Ribeiro, da CEI Priscila Teles; Gilmar Cristine, enfermeira; João Batista Rocha, Serviço Funerário. São apenas alguns nomes de servidoras e servidores que faleceram para salvar a vida da população.

Prefeito Ricardo Nunes, Milton Leite, Fernando Holiday, Janaína Lima, as mãos de vocês estão sujas de sangue. (Palmas). Não vamos aceitar que esses ataques nos firam novamente. Em nome desses servidores e de todos nós que estamos na luta desde sempre para levar políticas públicas para a população, nós exigimos a retirada do PLO 07/2021, de ataque à nossa Previdência. Não vamos aceitar. É greve! É greve! Abaixo o Sampaprev! É greve! É greve! Abaixo o Sampaprev! Não ao confisco.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Sheila Araújo Costa, do Comusan – Conselho Municipal de Segurança Alimentar. Depois a Durvalina Soares da Silva, da Anis. Aí concluímos os sindicatos e retomamos...

– Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Não, você continua aqui firme e forte, aqui e aí firme e forte, e lá embaixo também você estará firme e forte.

**A SRA. SHEILA ARAÚJO COSTA** – Boa tarde a todas e todos. Eu represento o Sindsep, sou dirigente também do Sindsep e faço parte do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Eu quero só contar uma historinha. Eu também sou professora. Eu quero contar só uma história de como acontece esse *deficit*, de forma bem clara, e quem é penalizado com isso.

Dia 14 de setembro agora, de 2021, criou-se a Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional. Que vitória. Eu, como nutricionista, li aquilo com muita felicidade e falei: poxa, bacana, a gente conquistou algo dentro dessa Prefeitura. Só que, detalhe: 90% de toda a estrutura de pessoa dessa Secretaria é de comissionados.

Aí começa o problema, dois problemas. Primeiro, é uma política que não vai ter

continuidade, que muda prefeito, muda toda a secretaria, toda a sua estrutura. E outro detalhe: eu levantei agora que o Faria de Sá... Era isso? Ah, não. Depois eu vejo quem era que... O secretário dela simplesmente saiu, ele não é mais secretário dessa secretaria, ele foi para Habitação agora. Então o que acontece? Mais uma vez é uma secretaria que não existe, é só cargo, é só cabide de emprego.

Então o papel da política pública de segurança alimentar e nutricional, que é fundamental para o Município, principalmente com o que a gente vem vivendo agora, com um cenário de pandemia, ela não existe, é mais um cabide de emprego, uma troca de votos, porque é uma secretaria que é toma lá dá cá, eu te dou comida em troca de favor.

A gente tem os Cresans, que na Audiência Pública anterior todo mundo levantou a problemática do Cresan, que a gente tem um planejamento para cada subprefeitura e a gente só tem dois. Eu tive oportunidade, como dirigente sindical, eu e o Lima, que também é dirigente sindical, de conhecer o Cresan do Butantã, e ele simplesmente não está acontecendo. Tem uma trabalhadora que é comissionada, e ela vai fazer qual defesa? Vai fazer defesa do Governo ou do Município ou do munícipe?

Então o que eu quero deixar claro aqui é que esse *deficit*, está claro como ele acontece. Ele acontece quando se cria uma secretaria que só tem comissionado. A gente sabe do valor do salário desse comissionado e para quem ele contribui.

Então eu quis só contar essa historinha para a gente entender que está acontecendo um desmonte dos serviços. A gente tem agora o desmonte do Serviço Funerário, que foi tão importante no cenário de pandemia.

Eu tive a oportunidade de ir a uma Audiência, numa conversa, com o superintendente em que ele simplesmente chegou para o servidor e falou: olha, a partir de amanhã você já pode escolher outro lugar para ir, porque o serviço vai ser terceirizado. Vocês têm ideia do que é isso para um servidor que trabalha há trinta anos num único setor?

Então é um desmonte, é um desrespeito. Além de tudo, a gente leva o nome de vagabundo? A gente não tem voz dentro deste Município, a gente não tem paz em nenhum

momento.

Quando entrei na Prefeitura, há quinze anos, eu tinha um orgulho danado. Continuo tendo, por isso que estou aqui. Continuo brigando, vindo aqui, conversar, discutir e esclarecer a população do que está acontecendo, porque tenho muito orgulho de ter entrado pela porta da frente. Assim como muitos de vocês também têm.

Só quis mostrar que é uma coisa recente.

Agora, em 15 de setembro, que ainda não aconteceu, não é efetiva, porque está à mercê de indicação de cargo político, está aguardando, provavelmente, passar, que não vai passar, para receber Emendas Parlamentares, para poder dar vida ao Cresan e a gente está aqui para fazer a denúncia e dizer não ao Sampaprev.

Como disse a Luba, é greve, é greve. Não ao Sampaprev.

Obrigada. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado.

– Manifestação na galeria.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – A Durvalina Soares Silva. Durvalina, da Anis. Depois quero fazer uma consulta, se eu sigo a lista ou ouviremos ainda, tem representantes do Dieese, inscrito, enfim. Tem Aprofem inscrito. Vamos encerrar nos sindicatos, nos fóruns.

– Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Calma, vai ter bastante gente da Saúde.

– Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Tem a palavra Durvalina.

**A SRA. DURVALINA SOARES SILVA** – Boa tarde a todos e a todas, estamos aqui, de novo, para lutar contra uma Reforma da Previdência que significa a nossa miséria na velhice.

Agora, é dito ser necessário fazer a Reforma porque existiria um rombo na Previdência, um *deficit*. Só que se a gente for estudar esse *deficit*, com um mínimo de atenção, vamos ver que a Prefeitura gastava, em 2005, 39% da sua arrecadação com o funcionalismo. Incluídos os ativos, inativos e pensionistas. Hoje, a Prefeitura gasta conosco 32% da Receita

Corrente Líquida. Então, gente, que rombo e esse? Que conversa mole é essa?

Quando o Ipem teve de passar a pagar as aposentadorias, os mais novos talvez não saibam, quem pagava a nossa aposentadoria era o Tesouro. O Ipem era responsável apenas pelas pensões. Nós pagávamos o Ipem e o Hospital do Servidor Público.

Aí, de repente, ele teve de passar a pagar todas as aposentadorias da Prefeitura. E a Prefeitura botou quanto de dinheiro lá, para que ele pudesse fazer isso, se manter saudável financeiramente, para que isso pudesse acontecer ao longo do tempo? Nada. Zero. Nem um tostão.

Então quem é que não poderia prever que nós chegaríamos numa situação dessas?

Até aí, gente, tudo bem. O Tesouro tem de arcar com as suas responsabilidades e pagar as nossas aposentadorias que, diga-se, como eu disse no começo da minha fala, o gasto hoje é muito menor do que há quinze anos.

É menor porque está amplamente disseminada na Prefeitura a política de terceirização e de OSs. Esses trabalhadores que ali estão fazem o papel que seria do servidor público concursado, são celetistas. Nós concursados, nós servidores da administração direta, recolhemos Ipem que fica para os cofres públicos. O nosso Imposto de Renda fica no Município, ele não vai embora. E aquela pessoa que está ali, fazendo as vezes de um servidor público, recolhe para o INSS e o seu Imposto de Renda vai embora. Como que alguma coisa pode ser sustentada desse jeito? Não pode, né? Então a Prefeitura tem de tomar providência. Qual a providência que eles tomam? Fazer segregação de massas. Vamos ter dois fundos daqui para frente. Um deles vai ser o fundo, digamos sadio, em que todas as coisas estão aportadas, vai para o sistema financeiro gerenciar. O outro fundo que, obviamente, está fadado a ter *deficits* cada vez maiores, fica para gente. Esse projeto está prevendo novos e futuros confiscos. Não vai parar por aqui. Já está anunciado isso.

Gostaria de reafirmar: aposentadoria é direito sim. Ouvi outro dia a nobre Vereadora Janaína Lima, falando na Comissão Especial, no encerramento dos trabalhos da Comissão Especial: de que não era direito social o nosso RPTS, que regime próprio não era. Ora, como

não é? É sim. De onde tirou isso minha filha? Isso não existe. O que não é direito social é a Previdência complementar. Sabe aquela dos bancos que a pessoa vai lá e faz. Agora regime de Previdência próprio? A nossa Previdência oficial? Claro que é direito. É direito nosso. Esse projeto é eivado de inconstitucionalidades. Esse projeto é uma aberração, anuncia o fim dos serviços públicos. A falta de vontade da administração de fazer concurso, de chamar pessoal concursado para cumprir com um dos preceitos básicos do serviço público, que é a impessoalidade. Não dá para continuar dessa maneira. Por isso a nossa revolta. Por isso dizemos não ao Sampaprev. Por isso estamos aqui para lutar até o fim. Até a vitória! Muito obrigada.

– Assume a presidência a Vereadora Elaine do Quilombo Periférico.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Com a palavra a Sra. Margarida Prado, da Aprofem.

**A SRA. MARGARIDA PRADO** – Boa tarde a todos! Muito obrigada. Esperei, pacientemente, para poder falar em nome dos 65 mil filiados que temos aqui na Aprofem, todos servidores públicos municipais. Falo, também, na condição de coordenadora do Fórum de Entidades Sindicais do Município de São Paulo. Portanto, uma representatividade, bastante ampla para que possamos ter legitimidade para expressar aqui o sentimento dos servidores públicos municipais.

Estamos falando, infelizmente, para aqueles Vereadores, para os quais eu nem precisaria dizer nada. Para aqueles que já nos compreendem, para aqueles que já nos apoiam e falando, também, para os nossos colegas de luta. Infelizmente, dos 55 Srs. Vereadores desta Casa, aqueles que precisariam nos escutar, fazem questão de se ausentar. Fazem questão de não ouvir, de não querer saber o que temos a dizer.

Pois bem. Na Comissão de Constituição e Justiça, apontei na segunda-feira passada, que esse projeto não poderia, sequer, ter passado por aquela Comissão. É a Comissão mais importante no analisar o projeto e não passar para outras comissões. Poderia ter barrado ali toda tramitação disso. Mas fizeram Congresso de Comissões, o que não é usual, inclusive, com a

própria Comissão de Constituição e Justiça, na pressa de aprovar um projeto que só beneficia entidades financeiras. Só vem para prejudicar os servidores municipais.

Vejamos: esse projeto para o qual nós encomendamos um estudo de um escritório de advocacia, já foi mencionado aqui, e que foi assinado pelo ex-Ministro Edson Vidigal, do Superior Tribunal de Justiça, portanto, alguém que entende realmente do que está falando, não sou eu que estou dizendo. Ele apontou pelo menos nove inconstitucionalidades no projeto. Ainda assim, o relatório da Comissão, que eu suponho que já deve ter vindo até pronto da própria Prefeitura, aprovou esse PL, em que pese o esforço hercúleo daqueles membros da própria Comissão, que se manifestaram contrários.

É claro, outro problema é que ele é injusto. Então, aquela Comissão, além de ser de Constituição, é também de Justiça, mas é um projeto injusto porque está taxando aquele que ganha um pouco mais de um salário mínimo com 14%. Está tomando de servidor que já quase nada tem, que já quase não consegue sustentar sua família. É um projeto que na verdade não tem nenhuma Justiça, não tem nenhuma moralidade.

Portanto, tudo que nós podemos dizer é que esse projeto, que não foi discutido com as entidades, que não é do interesse nem sequer da população de São Paulo, não adianta vir com conversa de que está defendendo o munícipe, o contribuinte, até porque servidor também é contribuinte, também é munícipe. Então, nós estamos sendo lesados e nós precisamos sim de dezenove Vereadores com coragem para enfrentar o poder financeiro dessa Cidade e para enfrentar a vontade desse Prefeito que só quer destruir o serviço público nessa Cidade.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Presidente, eu vou pedir licença para poder fazer a minha fala agora porque eu tenho uma consulta com o pequeno Luís. Muitos de vocês acompanharam ele desde a minha barriga. E, ao lado, aqui, é o meu sobrinho Guilherme, que eu acompanho a vida – no dia a dia deles – e também dos servidores. E todos estudam em

escola pública.

Eu estou aqui hoje para parabenizar nessa Audiência Pública os servidores, que são guerreiros e guerreiras. E não é de agora porque estão na luta contra o Sampaprev 2, é porque seguraram a onda no período da pandemia, no período em que a Covid estava pegando e muitos dos Vereadores e Vereadoras estavam dentro de casa e os servidores estavam na ativa, dando o sangue. E o Governo fez o quê?

No início da pandemia mal e mal tinha equipamento de insumo, mal e mal tinha equipamento para que os servidores pudessem se proteger. Não organizaram a vida da cidade de São Paulo e muitas coisas que aconteceram é de pensamento de políticas públicas e como recepcionar os pacientes, a comunidade, desde a Saúde, Assistência Social, Subprefeitura, enfim, Educação. Foram vocês que tiveram que organizar o recebimento dessa comunidade, porque o Governo e seus executivos não tinham nem *expertise* para poder atender a comunidade naquele momento.

Por isso que os servidores públicos são tão importantes. Primeiro que eles conhecem a Cidade, segundo que eles conhecem a política pública, a sua legislação e foi por eles também, por exemplo, que a vacina Coronavac chegou; não foi porque o Doria achou: “Olha, vamos lá fazer uma vacina, eu consegui a fórmula mágica”. Não. Já tinha ali os servidores públicos que já tinham estudo e a *expertise* para pensar como poderia chegar numa vacina como a Coronavac.

Então, senhoras e senhores, hoje eu estou aqui para parabenizar vocês. Esse um mês que eu e a Vereadora Elaine ficamos na Comissão de Estudos, enxergando principalmente que a base governista não estava nem aí para aquilo que estávamos falando e muito menos mandou para Prefeitura as solicitações de informação do orçamento. Fica trabalhando com um número de 2020, aliás 2018. E temos que trabalhar no orçamento aquilo que é atual, aquilo que é de fato, o que foi aprovado no Sampaprev 1 e não esse estudo que foi pago pelos bancos privados, da FIA, que é exatamente para eles poderem ter o tão sonhado lucro em cima do fundo dos servidores públicos.

Então, hoje é guerra. Hoje o Plenário tem que pegar fogo. Hoje o Plenário tem que



ter os nossos Vereadores e Vereadoras na combatividade da obstrução. Sabemos que eles estão com a maioria, mas não vai poder ser fácil para eles não, vai ter que ser suado. E se eu puder dar dica: ainda há tempo de falar com alguns Vereadores que estão indecisos e não querem votar nesse projeto de lei. Tomando café no espaço dos Vereadores, que fica ao lado do Plenário, ficamos ouvindo as conversas. Havia uma conversa, Vereadora Elaine, que era assim: “Fulano de tal perdeu quinze mil seguidores por conta desse projeto”.

– Manifestações no recinto.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – E são Vereadores que dependem da rede social para poder se eleger porque não sabem o que é o chão da rua, porque não sabem o que é o chão da escola, porque não sabem o que é o chão do posto de saúde, do hospital municipal, entre outros prédios públicos que tem aqui. (Palmas).

Então, já que eles são de rede social, é muito bom mesmo que percam mais seguidores. Que daqui até a parte da tarde, que percam muitos seguidores. Assim, a gente pode ter votação contrária.

Eu digo que o projeto do Sampaprev tem que ser retirado da pauta. Retirado por conta dos servidores presentes, ativos, aposentados e pensionistas; mas, acima de tudo, também pelo que virá no futuro. Por isso, vimos com o grito de guerra: “Guilherme e Luiz Eduardo... Retira o Sampaprev”. (Palmas)

– Manifestações no recinto.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Vereadora. Próxima, Lourdes Estevão Araújo, do Sindsep. (Pausa).

Bem-vinda, Lourdes. Você tem três minutos. Fique à vontade.

**A SRA. LOURDES ESTEVÃO ARAÚJO** – Boa tarde a todos e a todas. Agradeço a iniciativa dessa Audiência, mas repudio todos os Vereadores que não estão aqui ou que não estão ouvindo. Estamos aqui falando que o projeto é do Ricardo Nunes, é verdade. Só que, neste momento, o projeto não é do Nunes, mas dos Vereadores, porque está na mão deles a votação ou não. E se esses Vereadores não têm coragem de rejeitar um projeto do Prefeito, é porque

eles estão valendo menos do que um saquinho de batata; está certo? Então, qual é a função do Vereador?

Quero parabenizar, quero cumprimentar todos os nossos Vereadores, e nós sabemos o nome de cada um, que têm votado em defesa dos trabalhadores. É importante dizer que quando se vota em defesa dos trabalhadores, está se votando em defesa da política pública. Eu acho que é muito importante dizer que esse projeto, como já foi dito, está articulado com os genocidas lá do Palácio do Planalto; e genocida também é aquele vereador que vai votar esse projeto, porque nós sabemos que por trás dele estão as terceirizações, e essas terceirizações têm um efeito claro.

O Jair Tatto estava com a gente lá no M'Boi Mirim. Não é isso, Jair? O que nós fomos fazer lá no M'Boi Mirim, num hospital terceirizado? Nós fomos lá defender, porque o Governo Nunes, apoiado também pela sua bancada, estava lá para fechar a porta do Pronto-Socorro do Campo Limpo. Quando se fecha a porta de um pronto-socorro, o que se quer para a população? Matar. Então, é muito pior ainda do que estar na fila do osso, porque, ainda quando estão na fila do osso, estão comendo osso. Fecharem porta do hospital é matar, e todo mundo que vota num projeto que permite a terceirização, que permite a fechada de hospital e fechada de pronto-socorro, como foi o caso, na zona Sul, em Santo Amaro – nós tivemos agora há pouco para não se fechar a porta da regional Sul. Quando fazem isso é porque querem matar. E o Vereador que não tem coragem de dizer “não” não serve para ser Vereador, porque é assassino. É tão assassino, é tão assassino como o Governo Bolsonaro, que, aqui, em São Paulo e aqui, no Estado, muitos fazem de conta que estão contra, mas, na prática, exerce a mesma política.

Eu não vou falar do Sampaprev, porque os Vereadores sabem o que é o Sampaprev e sabem o que está dentro do Sampaprev. Nós temos ido as nossas regiões, como fizemos na zona Sul. Nós temos ido conversar. Os trabalhadores foram conversar com os Vereadores sobre os efeitos do Sampaprev. Então, sabem o que é Sampaprev e sabem qual é o conteúdo dos quatro projetos que estão aí na Câmara. E vão votar porque querem. E não são só os Srs. Holiday e Rubinho que acham que trabalhador é vagabundo, são todos que vão votar isso, achando que

os trabalhadores são vagabundos.

Agora sobre quem fala que o outro é vagabundo, acho que ele tem uma boa prática sobre isso. Quem considera o servidor público vagabundo é porque não conhece dentro do hospital e não conhece o que foi trabalhar na pandemia, sem equipamentos de proteção.

Nós tivemos que ir para a rua para que os trabalhadores tivessem máscaras, e os trabalhadores mesmo sem máscaras e aventais, colocando saco de lixo para poder atender à população e não ser contaminados, mesmo sem equipamento de proteção, colocaram suas vidas em risco, colocaram as vidas das suas famílias em risco e ainda, neste momento, há o problema das sequelas da Covid-19, que tanto os trabalhadores como a população ainda estão vivendo. Portanto, para o Governo responsável, o foco, neste momento, que nós ainda estamos vivendo a pandemia é exatamente cuidar da vida e não cuidar do bolso e dos bancos. Deveriam ter vergonha na cara, porque nós sabemos que votam onde há emenda, votam porque há dinheiro e votam porque não têm nenhuma responsabilidade com a população paulistana.

Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Tem a palavra, *on-line*, o Sr. Francisco Ernane Ramalho, da Associação dos Contadores Municipais.

**O SR. FRANCISCO ERNANE RAMALHO** – Boa tarde e boa tarde a todos. Eu represento a Associação dos Contadores Municipais. Estou Presidente desta entidade e também represento a Federação das Associações dos Servidores. Ocupo o cargo de Vice-Presidente nessa entidade.

Eu tenho falado nas minhas oportunidades, e reitero aqui, que estamos enfrentando uma situação extremamente gravosa para os servidores públicos e, ao final, aos cargos dos serviços públicos porque estamos todos desvalorizados e não é de hoje isso.

E, além da falta da valorização, como costumamos dizer e temos enfrentado isso, inclusive sentido na própria carne, resulta de políticas adotadas de desvalorização do servidor público, sobretudo pela falta de revisão salarial, na verdade, onde não há sequer revisão salarial há quase duas décadas, ou mais de duas décadas. Então, além da falta de valorização, ainda

temos de enfrentar um verdadeiro confisco que está por vir, sobretudo daqueles que não têm condição nenhuma de ter um 'plus' financeiro, que são nossos aposentados e, obviamente, os servidores da ativa serão afetados, já são até afetados, por conta desse PLO 07/2021 que também prevê um aumento da idade para a aposentadoria.

E eu ainda digo, essas falas que foram feitas eu concordo com todas, mas apresento o seguinte: o grande problema foi a má gestão e essa má gestão ficou estampada nos relatórios elaborados pelos técnicos – que eu parablenizo – do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, e que são profissionais de altíssimo nível e que merecem todo o nosso respeito. Mas também a nós devemos agradecimento, pois estamos atuando, estamos na ativa, nós temos acompanhado que o Iprem está esvaziado de quadro, não valorizam os que lá estão, não fazem concurso, muito pelo contrário, contratam uma entidade, como a Fundação Instituto de Administração – FIA, um contrato milionário – R\$ 19 milhões –, lançam um edital, que foi agora, semana passada, para contratar serviços, empresas especializadas em serviços administrativos, e tudo isso para fazer o quê? Para fazer a gestão do Iprem. E esses colaboradores, trabalhadores, que serão contratados por esses contratos terceirizados, eles vão contribuir para o INSS, então seria uma fonte de recursos para o Iprem se concursados fossem.

Então, já indo para a conclusão por conta do meu tempo, e agradecendo também pela oportunidade, eu quero deixar bem claro que a nossa posição é de que nós estamos herdando uma má gestão desse Governo, de governos anteriores, que não tomaram o devido cuidado de valorizar, de fazer novos concursos, tanto para o Executivo, quanto para o Legislativo, o Tribunal de Contas, enfim.

E digo mais: o Iprem foi largado às moscas, infelizmente! Eu falo isso porque trabalhei no Iprem; tenho colegas que ainda trabalham lá; é uma vergonha, não há gestão previdenciária. E nós estamos pagando por isso. Muito obrigado pela oportunidade, um abraço. E servidores: "não"!

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Ernane.

Próximo inscrito é o Marco Antonio Nascimento, do Dieese.

**O SR. MARCO ANTONIO NASCIMENTO** – Boa tarde a todos e a todas que estão presentes. Agradeço a oportunidade de falar aqui nesse encontro tão importante, nessa Audiência Pública.

Na segunda metade do século passado, século XX, progressivamente houve um aumento da expectativa de vida no Brasil, e em muitos outros países, fruto do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento das ciências e da saúde, e mesmo das conquistas dos trabalhadores.

Esse aumento da expectativa de vida vai levando, progressivamente, no Brasil e nesses outros países ao envelhecimento da população, ao mesmo tempo que aumentava a população viva aposentada e pensionista. Isso significa que se vai colocando a necessidade de garantir a vida em condições dignas dessa população que já cumpriu com suas tarefas ao longo da sua jornada de vida de trabalho e que precisa ter condições de sobreviver de forma digna.

Isso é um problema? Não. Isso é fruto de uma conquista civilizatória: ao direito que, no período final da vida das pessoas, dos trabalhadores e trabalhadoras, seja vivido com dignidade. Qual a solução para isso? Como enfrentar esse problema, essa questão? No caso do Brasil, houve uma resposta apresentada pela Constituição de 1988: o financiamento da seguridade social e, particularmente, da Previdência Social através da contribuição dos trabalhadores ativos e inativos também, através da contribuição patronal e através da contribuição do Estado. É um múltiplo financiamento, e se partiu para isso a partir da compreensão de que é impossível a manutenção dos trabalhadores aposentados e pensionistas somente com a contribuição dos trabalhadores ativos, porque a proporção entre um outro vai se modificando. Encontrou-se, assim, um equacionamento para enfrentar uma realidade positiva, que é a de garantia da vida dos trabalhadores aposentados e pensionistas.

Por que isso é apresentado como um problema? Porque as sucessivas reformas da Previdência partem do princípio de que a manutenção dos trabalhadores aposentados deve ser garantida essencialmente pelos trabalhadores ativos e, portanto, as medidas adotadas nas sucessivas reformas da Previdência, por um lado, reduzem os proventos dos aposentados e, por

outro, aumenta a contribuição dos trabalhadores ativos. O que se encaminha, como resultado, é um progressivo rebaixamento dos ganhos dos aposentados e um momento simultâneo da contribuição dos trabalhadores ativos.

Esse é um processo sem fim. Corta-se a contribuição do Estado e não se amplia a contribuição patronal. Isso é válido, acontece tanto com os trabalhadores da iniciativa privada como com os trabalhadores do serviço público, e é por isso que esse esquema apresentado agora, esse cálculo atuarial técnico é algo que não leva à solução, embora apresentem cada Reforma da Previdência como a solução do problema do *deficit* da Previdência, seja Previdência privada, INSS, seja Previdência pública, o RPPS. Isso não resolve, porque tende a aumentar o número de aposentados em comparação com o número de trabalhadores ativos. É uma armadilha esse processo.

Por isso que, mesmo aqueles que acreditam sinceramente que mais essa Reforma na Prefeitura vai resolver, não resolverá; tanto aqueles que estão de boa-fé no caso como aqueles que estão na cabeça de montagem desse sistema sabem que essa Reforma, se aprovada, será depois sucedida por outra, outra e outra mais. O que é necessário, como já foi dito antes, é equacionar o conjunto do problema, da questão, considerando que se trata de uma disputa pela distribuição da renda no País.

Portanto, eu estou de acordo com o que querem os servidores do município de São Paulo, a retirada desse projeto e que seja formulada uma Reforma da Previdência a partir dessa concepção de redistribuição de renda.

Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Marco.

O Vereador Alfredinho, que está *on-line*, pediu para falar. Tem V.Exa. a palavra, Vereador.

**O SR. ALFREDINHO** – Boa tarde, Vereadora Elaine. Cumprimento também o Vereador Jair, os demais membros da Comissão e todos os servidores que acompanham esta Audiência. Daqui a pouco vai ser uma batalha, uma guerra no Plenário desta Casa. É possível

até que já haja a maioria para poder aprovar o projeto. Nós sabemos como funciona o Governo: quando quer tratorar, oferece *benesses* para a base e, assim, garante os votos.

Eu sou de uma geração que conquistou mesmo com a ditadura. Apesar dos tempos difíceis e antidemocráticos, a gente obteve crescentes conquistas, como a redução de jornada, o terço de férias, multa de 40% do décimo terceiro, comissão de fábrica, direito de organização no local de trabalho, as representações; ou seja, a gente vinha nesse crescente de conquistas.

Hoje, a gente olha e vê que nós só estamos perdendo. Aliás, em tudo. Essa Reforma da Previdência municipal quando ela veio para cá na primeira fase, eu achava que não viria uma outra porque eles alegavam os mesmos problemas que estão sendo alegados nessa: o *deficit*, a Reforma da Previdência e precisava ajustar esse *deficit*. Fizeram a Reforma, aumentaram a contribuição e agora vem uma Sampaprev 2 e recobrar de aposentado.

Até vi o relatório da Comissão que foi criada que apresentaram, parece-me, uma Emenda que, na minha opinião, é pior que o projeto. Lógico que a maioria dessa Comissão é do Governo. Mas imaginava que apesar de aprovar, eles apresentariam algo que salvasse aqueles que ganham menos, de um a três salários mínimos, tabela escalonada para quem ganha mais e tal. No entanto, eles apresentam uma proposta que mantém os 14% para todos, inclusive para quem ganha o salário mínimo, e amplia para 22%. Olha que loucura. Pega uma pessoa que ganha um bom salário de R\$ 10 mil. Na situação atual é um bom salário. Alguém que ganha R\$ 10 mil tenha de pagar mais 22% de Previdência e que tenha de pagar mais Imposto de Renda. Sobra o que para essa pessoa? Olha que loucura. Fiquei surpreso.

Aliás, vi na TV, hoje de manhã, no *Bom Dia São Paulo*, que a Comissão apresentou essa proposta. Não a Comissão, mas os Vereadores da base que representam essa Comissão.

Vou terminar porque temos de ir ao Plenário para a guerra. Sabemos que é difícil, mas temos de acreditar. Abraço a todos e boa vitória para todos nós.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Tem a palavra a Vereadora Luana Alves.

**A SRA. LUANA ALVES** – Vou falar muito rapidamente. Também tenho que descer

para o Plenário. Queria agradecer a iniciativa dos Vereadores da Comissão de Finanças: Jair Tatto, Elaine do Quilombo, companheiros de lutas aqui neste espaço da Câmara.

Consegui estar no começo desta Audiência e ouvi a fala da Secretaria da Fazenda que, mais uma vez, trouxe uma série de dados que não são honestos. Colocam o tal do *deficit* da Previdência quando esquecem de falar que, na verdade, o gasto total da Prefeitura com o funcionalismo, ou seja, com as políticas públicas tanto entre aposentados quanto entre ativos está caindo em relação ao orçamento total da Cidade. Isso não sou só eu que estou dizendo, PSOL, PT. Isso são dados da própria Secretaria da Fazenda, que eles, muito convenientemente, não trazem para cá. Hoje está em 34%. No último ano foi 34% a proporção dos gastos totais da Prefeitura em relação ao funcionalismo – tanto aposentados quanto as pessoas da ativa. E aí eles insistem em dizer.

De fato, o que pode existir é uma mudança de proporção entre os 34%. Tem uma proporção maior de pessoas aposentadas porque, obviamente, não se faz concurso público na Cidade. Esse é um dado simples de ser compreendido e fazem uma série de confusões para tentar jogar nas costas do servidor os problemas da Prefeitura de São Paulo, os problemas de gestão que incluem não fazer concurso público e sem contar o que aconteceu no passado com o Iprem, com esse fundo que a gente sabe muito bem as denúncias que têm.

Então, neste momento, estou descendo também para o Plenário. Queria parabenizar os servidores e os sindicatos que estão aqui hoje. A luta não está sendo fácil, não será, mas não vamos arredar pé. É muito importante que o ato aqui embaixo esteja cheio. Vamos continuar questionando e batalhando contra os projetos que não tem nenhum tipo de embasamento, nenhuma solidez, é só um ataque aqui para passar a Previdência aos bancos.

É isso. Obrigada, Vereadora Elaine, Vereador Tatto, Vereadores presentes. Agora vamos para ao Plenário.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Vereadora Luana.

Estamos realmente encaminhando para o final porque precisamos, de fato, ter esses



Vereadores também, principalmente os Vereadores combativos e atentíssimos no Plenário para evitar qualquer tipo de tratoramento ali no começo da sessão.

Só queria fazer uma fala muito rapidamente, a Vereadora Juliana Cardoso já falou um pouco sobre isso, estivemos na Comissão de Estudos do Sampaprev, e qualquer pessoa que olhe com mais atenção para esse projeto percebe que a história desse *deficit* estrondoso é um engodo, não é verdade. É o Poder Público, mais uma vez, retirando a obrigação que tem de fazer a gestão eficiente e fazer a contribuição necessária para fazer a gestão da Previdência dos servidores públicos municipais.

Há inúmeras saídas e se nos propormos a pensar essas inúmeras saídas encontraremos uma saída que não prejudique cada vez mais o servidor público, aquele que está lá na ponta cuidando do serviço público. Muitas vezes ouvimos aqui de vários representantes, inclusive, do Executivo, dizer que a Prefeitura não poderia onerar o resto da população com o *deficit* que tem a ver com os servidores públicos. O *deficit* não tem a ver com os servidores públicos, o *deficit* tem a ver com a máquina pública. É a máquina pública que precisa se responsabilizar, é o Executivo que precisa se responsabilizar pela gestão da Previdência e pela garantia da aposentadoria dos seus funcionários, como qualquer outra empresa precisa se responsabilizar também para gerir os fundos e garantir a aposentadoria dos seus funcionários.

Vemos que essa Reforma, a mais descarada transferência de renda do Poder Público para a iniciativa privada, para bancos que vão gerir esses fundos, e com isso vão ficar cada vez mais ricos em cima do trabalho, da renda e do sacrifício do servidor público e, por consequência, o sacrifício da população de São Paulo. Vamos estar numa luta e o que foi dito aqui é muito sério. Hoje é briga, é guerra no Plenário, porque estamos defendendo a vida dos nossos no Plenário, estamos defendendo a política pública, estamos defendendo o projeto político do País que temos, o projeto político de um País para nós, para o povo, para as pessoas que construíram este País.

Então, só fazer uma breve fala, Presidente, muito rápida, porque acho que hoje é um dia central para colocarmos a nossa cara na rua. Agradeço imensamente a todos os servidores

que estão na frente da Casa neste momento, que ficaram em vigília, estão em greve, fazendo paralização, conversando nos seus territórios. Ontem estive em Itaquera num ato com os servidores públicos, a nossa tarefa também é conversar com a população e explicar a quem serve esse projeto político, Ricardo Nunes, Bolsonaro, Doria e toda essa corja que insiste em acabar com os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras deste País.

Podem contar com a gente do Quilombo Periférico, comigo, com o Vereador Jair Tatto, também tenho certeza, com toda a oposição desta Casa. Como disse a Vereadora Juliana Cardoso, com certeza fácil não será, com luta esse Sampaprev não vai passar.

Muito obrigada. Retira Sampaprev.

– Assume a presidência o Vereador Jair Tatto.

**O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto)** – Obrigado a todos e a todas. Obrigado, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, por ter nos ajudado, presidido uma boa parte. Quero dizer que hoje servidores tomaram uma facada no peito, outros tomaram uma facada no coração e todos tomaram uma facada pelas costas.

A justificativa de que não há dinheiro para o subsídio é mentirosa. Nós não discutimos apenas o Sampaprev, a minirreforma, discutimos o orçamento da cidade de São Paulo. Está provado por “A” mais “B”, a Vereadora Elaine falou do que representou o funcionalismo, mas se falarmos só do Iprem, da Previdência do funcionalismo, já representou 38% das receitas líquidas correntes, hoje representa 34%. Então acaba o argumento do Prefeito, eu tenho dito que o Prefeito está engordando o caixa da Prefeitura tirando dos que menos têm. E aqui estamos vendo através do PPA e do LOA que não dizem onde será colocado.

Então essa luta, eu tenho fé, Vereadora Elaine, que hoje não permitirá ser aprovado. Tenho convicção de que não chegará, porque cobrar o valor de um bujão de gás de um salário mínimo, é um bujão de gás, 14% de um salário mínimo, hoje, amanhã será mais do que um bujão de gás. Então, Vereadora Elaine, estamos juntos nessa luta e vamos tentar reverter com um voto. Muito obrigado.

Nada mais a tratar, declaro encerrada a audiência pública.